



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 20 - Nº 369 - DE 14 A 28 DE FEVEREIRO DE 2009 - R\$ 3,00



Os capitalistas dizem: ou redução da jornada com redução salarial, ou demissões. Os patrões estão descarregando sua crise econômica sobre nós assalariados.

Dizemos NÃO !!

NÃO à redução da jornada de trabalho com redução dos salários;

NÃO ao banco de horas;

NÃO à suspensão temporária com redução dos salários;

Que o sindicato não negocie nosso emprego. Que lute!

- **Pela redução da jornada sem redução dos salários;**
- **Pela escala móvel das horas de trabalho, para empregar a todos;**
- **Pelo controle operário da produção;**
- **Pelo fim da terceirização;**
- **Pelo fim do contrato temporário;**
- **Pela estabilidade no emprego**

Frente às demissões, greve com ocupação de fábrica

PT perde relevância no governo

A derrota de Tião Viana para presidência do Senado não significou a perda de um simples cargo e nem se limitou a uma mera disputa localizada. O PMDB impôs ao PT e ao governo Lula o controle do Senado e da Câmara Federal.

Estava no plano dos petistas a entrega da presidência da Câmara a Michel Temer, uma vez que se tratava de cumprir um acordo com o PMDB, contraído na eleição de Arlindo Chinaglia. Mas os aliados do governo não se contentaram com o controle apenas da Câmara e impuseram a candidatura de José Sarney.

O movimento peemedebista tinha o inconveniente de reduzir a influência do PT no Congresso, justamente na metade do mandato de Lula e quando os preparativos para as eleições presidenciais já começaram.

Os petistas reclamaram de terem sido surpreendidos com a decisão do PMDB lançar-se na disputa pelo Senado. Sarney havia jurado que não mais concorreria à presidência da Casa, a não ser que houvesse um consenso em torno de sua figura. O que fez o patriarca mudar? Primeiro: o PMDB saiu fortalecido das eleições municipais e assim ganhou força para decidir sobre as eleições presidenciais. Segundo: a renúncia forçada de Renan Calheiros da presidência do Senado enfraqueceu o grupo Sarney. Terceiro: a eleição de Temer para a Câmara Federal aumentaria o poder do grupo rival a Sarney frente ao governo Lula e portanto internamente ao próprio PMDB.

O presidente Garibaldi só serviu de tampão para a queda de Calheiros, que se manteve por detrás da presidência dando as cartas e que agora retorna fortalecido com a vitória de Sarney. Como se vê, a fração oligárquica Sarney/Renan necessitava a todo custo de recompor-se no Senado.

A decisão dos sarneyistas de lançarem a ofensiva de reconquista do aparato implicava marginalizar o PT. De nada adiantou os petistas evocarem o nome da aliança que sustenta o governo. O PMDB foi taxativo com Lula no sentido de que a decisão estava tomada e não havia possibilidade de um acordo com o PT.

Tal postura indicou que o governo necessita mais do PMDB do que o contrário. Ou seja, a governabilidade de Lula dependeu da aliança constituída e que agora, mais do que no passado, o PMDB está fortalecido e em melhores condições de ditar regras à base governista.

Lula reconheceu em palavras o que seu governo já havia realizado desde o começo: não há como governar sem a oligarquia. Os ministérios mais importantes – Minas e Energia, Defesa, Saúde, Agricultura, Comunicações e Integração Nacional – estão sob o controle peemedebista. Somados, detêm a maior parte do Orçamento ministerial.

O PT foi obrigado a ceder espaço e perdeu relevância no governo. O grupo petista que compõe o núcleo governamental não responde ao partido e sim à aliança. Agora, com a derrota de Tião Viana no Senado e com o apoio do partido na Câmara a Temer, o PT perde relevância também no parlamento.

Os petistas só não se desmoralizam politicamente porque já perderam toda a vergonha. Aqueles que prometeram democratizar o Estado e varrer a oligarquia formam um governo refém do PMDB e se colocam sob suas asas. Reclamam a Lula de que os aliados estão lhes comendo pernas e braços e Lula manda que fiquem bem quietinhos. Pensam que são alguma coisa no parlamento, mas não são nada, apesar de constituírem uma bancada numerosa.

De nada adianta a senadora Ideli Salvatti espernear frente às manobras de bastidores ministeriais e aos acontecimentos que consagraram a candidatura de Sarney. Lula não tem como governar sem o PMDB e sem ele não poderá levar adiante a candidatura de Dilma Rousseff para presidência da República, mesmo sabendo que parte do PMDB poderá se aliar ao PSDB, como anunciou, nas eleições municipais, Orestes Quécia (PMDB/SP).

Lula não depende do PT, depende do PMDB. E o PT depende de Lula. Não há possibilidade de sobrevivência do PT sem o carisma do operário aburguesado. No primeiro mandato de Lula, o PT encerrou seu ciclo político. Meteu-se na

corrupção, assimilou a jogatina do poder burguês decadente, acomodou-se ao grande capital e se ajoelhou diante do imperialismo.

O partido pequeno burguês, encabeçado pelo caudilho operário e assentado numa vasta burocracia sindical, ascendeu eleitoralmente graças à desmoralização dos velhos partidos da burguesia. Trabalhou junto às massas para afundá-las ainda mais? Não. Foi à procura do socorro do PMDB e dos rebotalhos da política burguesa, como PTB, PDT, PV etc.

O PT teve magnífica ascensão da origem até a eleição de Lula, em seguida passou a descender. Evidenciou a impossibilidade do petismo se tornar o grande partido da burguesia, apesar do PT fazer o impossível para isso. Teria de se sobrepor aos partidos historicamente formados no seio da classe capitalista.

Mas isso não quer dizer que o PT deixou de ser importante para os exploradores. Ainda não se desmoralizou o suficiente aos olhos dos explorados. Continua a se valer da influência caudilhista de Lula. Controla a CUT e submete boa parte dos sindicatos à conciliação de classe. A burguesia não necessita do PT para gerenciar seus negócios no Estado, necessita apenas para controlar o movimento operário e submetê-lo aos interesses do capital.

A crise será um grande teste para o pseudo-reformismo. De um lado, os exploradores exigirão maior prova de fidelidade à grande propriedade monopolista e, de outro, os explorados pleitearão que defenda seus empregos e salários. A CUT tem evitado se identificar com a linha da Força Sindical (PDT) de negociar prontamente acordos de redução dos salários. Mas tem bloqueado as tendências de luta que se manifestam diante das demissões. Com seus acordos de banco de horas, a exemplo da Volkswagen, ocupará a mesma vala da Força Sindical.

As condições para desmascarar o petismo e sua burocracia sindical estão colocadas. O programa da classe operária para a crise chamará a atenção do proletariado. O chamado à construção do partido revolucionário será melhor entendido pelos explorados e sua juventude.

Enfrentar a crise com o Programa de Transição

A crise que se manifestou em setembro nos Estados Unidos já não deixa nenhuma dúvida de que é mundial. Primeiro, tomou conta das potências; em seguida, atingiu indistintamente as economias atrasadas.

Os organismos nacionais e internacionais, responsáveis pela regulação econômico-financeira, bem como os governos, depararam-se com a emergência das mais profundas tendências de desintegração do capitalismo monopolista. Arrebatados pela rápida e monumental quebra do sistema financeiro internacional, governos e bancos centrais dos EUA, Europa e Japão correram a salvar o gigantesco capital financeiro, que repentinamente se paralisou e se desintegrou como um castelo de cartas.

Não bastou os EUA anunciarem um mega plano de sustentação de seus bancos e seguradoras que se mostraram falidos. A Europa foi sacudida pelo terremoto financeiro. Governos e bancos centrais organizaram uma ação conjunta. Tratava-se de entregar trilhões dos cofres públicos aos banqueiros. Não se conhece na história econômica uma intervenção estatal mundial tão ampla. Esperava-se estancar prontamente a hemorragia e escorar os esteios do sistema financeiro. Evitou-se a sangria total, mas não se a bloqueou. E seus pilares abalados ainda ameaçam desabar.

A quebra do banco financiador Lehman Brothers foi o suficiente para mostrar aos governos que mais um passo nesse sentido e a crise tomaria um curso desconhecido e fora de controle total. A estatização parasitária indica que o sistema financeiro passou a funcionar sob a dependência direta do Estado.

Em conjunto com a quebra do sistema financeiro, as Bolsas despencaram. A desvalorização das ações alcançou cifras impensáveis. Esperava-se que, com as intervenções estatais nos bancos e com a garantia de que o sistema financeiro seria mantido a qualquer preço, o mercado de ações se equilibrasse. Mas enquanto o valor das ações não se ajustasse ao valor real da economia não havia como brejar ou amortecer a queda. As Bolsas mostraram o quanto estão sob a ação e controle do capital financeiro, cujo parasitismo é uma de suas características, típico do capitalismo monopolista.

Nesse mesmo processo, despencaram o preço das matérias primas e de mercadorias agrícolas. Negociadas como commodities, no mercado de futuro, tiveram seus preços fixados pela especulação financeira. O crescimento mundial da economia – sustentado pelos EUA, puxado pela China e escorado pela Índia, Brasil, Rússia etc –, nos últimos cinco anos, permitiu que a Bolsa de mercadorias se tornasse fonte de lucros parasitários. Abruptamente, os preços das commodities sofreram cortes profundos, na mesma medida em que foram elevados à altura com a especulação no mercado de futuros.

A crise resultou em desvalorização generalizada do capital. As cifras ainda são incalculáveis. O processo de desvalorização e queima de riquezas acumuladas está em andamento.

Sob o impacto da estrutura financeira que desmorona, emergem as tendências recessivas da economia. Manifestam-se no interior das potências e, finalmente, tomam conta do conjunto mundial.

Na sua forma, a crise aparenta iniciar na esfera do sistema financeiro e depois se transformar em crise de circulação e produção de mercadorias. Na realidade, se passa o contrário. O esgotamento do ciclo econômico atinge o edifício dos valores materializados no

equivalente geral – o dinheiro. Os banqueiros e financistas já não podem sustentar a movimentação de gigantescas somas aplicadas em atividades especulativas.

O mercado de hipoteca nos EUA tem abrangência internacional. Os EUA consomem volumosos recursos provenientes da Europa, Japão, China, Arábia Saudita, etc.

A utilização de empréstimos fartos e abrangentes à população de baixa renda chegou ao ponto máximo. Um enorme excedente de construção imobiliária, combinado com a impossibilidade de milhares de cumprir os débitos, expôs a existência de uma multidão de títulos podres e de toda uma rede de transação especulativa. A crise financeira, assim, é um reflexo das contradições na base econômica do capitalismo. Evidentemente, esta se volta contra a produção e circulação na forma de escassez de crédito, de encarecimento da moeda, de elevação dos juros bancários, de mudanças nas relações cambiais etc. De forma que impulsiona a crise recessiva, motivada pela superprodução.

Ocorre que a superprodução não se restringe a um ou outro ramo econômico, como aparentou ser específico do setor imobiliário nos EUA. E nem a este ou aquele país. É abrangente a vários setores e mundial. Não por acaso, a indústria automobilística, eletro-eletrônica, química, energia, mineral etc exibem queda nas taxas de lucro e mesmo prejuízos, quando nos últimos anos alavancavam a produção e dinamizavam importações e exportações.

Instituições como FMI, Bird, BCs e agências previam uma desaceleração, mas nada tão grave como recessão e depressão econômica. Todos os cálculos vêm sendo refeitos. Os erros são assombrosos. E a bandeira de crescimento sustentado se esfarrapou e poucos ainda timidamente referem-se a essa miragem.

As análises de que China, Índia, Brasil e Rússia resistiriam à recessão e garantiriam equilíbrio do crescimento mundial perderam valor. Todos esses países estão sendo arrastados, como barcos à deriva pela turbulência da recessão que avança e pela mega quebradeira no sistema financeiro, que ainda não está de todo contornada.

Flexibilização capitalista do trabalho

Frente ao mercado que se estreita e se esgota, os capitalistas não têm como manter o ritmo da reprodução ampliada. A queda nas vendas e aumento dos estoques obrigam os empresários a desacelerar e recuar a produção.

Estão diante de uma situação oposta à anterior em que havia abundante crediário, o consumo crescia, os preços eram favoráveis, os investimentos se ampliavam e avançava a lucratividade. Nas últimas décadas, a burguesia impulsionou a renovação tecnológica acirrando a concorrência, potenciando a capacidade produtiva e reduzindo a necessidade de força de trabalho. Ao mesmo tempo, as multinacionais ampliaram sua inserção nos países atrasados, utilizando-se da abundante mão de obra barata. É o caso da China, Índia, Brasil, Leste Europeu etc.

Profundas mudanças foram introduzidas nas relações de trabalho, ou seja, na exploração da força de trabalho, não só nas economias atrasadas, mas também nas adiantadas. Trata-se da flexibilização do trabalho, que objetivou e objetiva adaptar a força de trabalho (capital variável) à renovação tecnológica (capital

constante), rebaixando seu custo, aumentando a taxa de exploração e compatibilizando os interesses mundiais da burguesia imperialista. Assim, antigas conquistas do movimento operário foram extirpadas, cedendo lugar a mecanismos de recrudescimento da exploração.

No Brasil, país atrasado, mas regido por uma portentosa estrutura industrial, cujo funcionamento está condicionado pelas multinacionais, as experiências de flexibilização são representativas. O grande capital realizou importantes investimentos em meios de produção (capital constante) e importou bens de capital. Conseqüentemente, aumentou o excedente da força de trabalho.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que nunca foi empecilho à exploração, passou a ser considerada obsoleta. Ou seja, correspondeu a um período em que o capitalismo necessitava de abundante mão de obra fabril e podia dificultar as demissões. A ditadura militar já havia acabado com a lei da estabilidade e introduziu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, indicando a liberdade dos capitalistas não só de contratar, mas também de demitir. Mas, mesmo assim, a CLT, nas mais recentes circunstâncias, tem sido acusada pelos empresários de obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Fiesp e CNI pleiteiam, já faz alguns anos, uma reforma trabalhista. A situação política não possibilitou uma reforma integral. Mas o Estado e o governo de plantão facultaram aos empresários implantar a flexibilização mediante acordos assinados pela burocracia sindical. A administração do PSDB (FHC) deu início e a do PT (Lula) continuou.

Os “acordos malditos” – assim o POR os denominou e combateu – da Volkswagen mostraram que as multinacionais não poderiam caminhar com as mudanças tecnológicas sem rebaixar o custo da força de trabalho e demitir uma parcela. A flexibilização foi imposta pelo grande capital internacional e acatada pela burocracia sindical sob o argumento de que era a única forma de garantir os empregos.

A partir de 2003, a economia que vinha com taxa de crescimento vegetativa ascendeu e milhões de novos postos foram reabertos. Ocorre que, sob o último mandato de FHC, com a crise em fins de 1990, milhões haviam sido extintos. A flexibilização ganhou força nas condições de crise e se consolidou nas condições de crescimento. Constituiu um instrumento contra a força de trabalho e em favor do capital.

O capitalismo monopolista elevou a tal ponto a produtividade que esta se converteu em destruição cada vez mais ampliada de postos de trabalho e transformou o exército de desempregados em crônico. A lei econômica que empurra os capitalistas a obter mais produtividade aperfeiçoando e renovando os meios de produção embute a contradição intrínseca de substituir parte da força de trabalho (trabalho vivo) por instrumentos de trabalho aperfeiçoado (trabalho morto, cristalizado). Essa contradição de fundo está na base da crise estrutural.

A atual crise, no Brasil, foi precedida por um período de baixo crescimento e em seguida pela elevação. A flexibilização do trabalho esteve presente durante todo esse transcurso. Nos pontos mais altos de crescimento, a burguesia não deixou de usá-la fartamente como fator de rotatividade da mão de obra e rebaixamento salarial. O que demonstra a alta instabilidade para a vida dos trabalhadores, cuja única fonte de existência é o salário.

O capitalismo desmorona com a crise e destrói massivamente

postos de trabalho em todo o mundo. O desemprego mundial alcançará taxas desconhecidas. As estimativas da Organização Mundial do Trabalho (OIT) são assombrosas. Acompanham as novas estimativas do FMI de queda mundial do comércio e da produção. Em todas as partes, a classe operária se vê e se verá diante de brutais pressões para que aceite acordos de flexibilização e assimile demissões consideradas inevitáveis pelos capitalistas.

A burguesia brasileira, por meio de suas organizações e portavozes, lançou o chamado da flexibilização. Não se fez a pretendida reforma trabalhista, mas nem por isso se têm as mãos amarradas. O único embaraço está em que a burocracia sindical tem de assinar os acordos de flexibilização. Traz a inconveniência de pôr os operários no pátio da fábrica, alegar razões e gastar algum tempo com os burocratas vendidos. Tem de manobrar também com a divisão interburocrática da CUT e Força Sindical, sendo a primeira mais agarrada à demagogia dos direitos trabalhistas e a segunda francamente pragmática.

A Constituição assegura aos proprietários dos meios de produção o direito de suspender temporariamente os direitos trabalhistas e implantar medidas de defesa de seus negócios. Os trabalhadores terão de se sujeitar à proteção do capital, pagando com desemprego, privações e miséria. A Constituição se aplica com o consentimento dos sindicatos.

A burguesia não teve necessidade de desconhecer este lado da Constituição, uma vez que conta com a colaboração da burocracia sindical. Assim, vêm sendo assinados acordos de redução da jornada com redução dos salários, suspensão temporária com redução dos salários (pagos em parte pela empresa, parte pelo Fundo de Amparo aos Trabalhadores e FGTS) e banco de horas. Demitem-se milhares e assinam-se acordos de redução.

Programa de Transição frente à crise

As crises têm se tornado cada vez mais potentes. O que significa que a recuperação econômica não faz senão preparar uma nova e mais feroz crise.

A inevitabilidade desse processo levou os capitalistas e seus representantes a conceberem as recessões, quebradeiras, desemprego em massa etc como uma contingência, que tem seu lado mau e bom. Parte do capital cai no precipício, mas a parte que resiste sai mais forte e poderosa; parte da classe operária é sacrificada pela fome, mas parte permanece ativa na produção.

De fato, as crises destroem a fração mais débil do capital e permitem avançar a reconcentração. Mas, quanto à classe operária, seus efeitos destrutivos não recaem apenas sobre a parcela que foi lançada no limbo do exército de desempregado. A parcela que continuou servindo de força de trabalho saiu mais pobre, mais sujeita ao aumento da exploração de trabalho e mais instável. Caso não lute com todas as armas de que dispõe e não crie as armas de que não dispõe, a classe operária sairá submissa às novas condições de exploração depois da crise.

O perigo das crises para a burguesia é que não possa atravessá-las sem enfrentar um levante da classe operária. A crise não leva automaticamente ao levante generalizado dos explorados. Mas cria condições políticas para o proletariado projetar-se como classe revolucionária.

Nesta circunstância, o capitalismo expõe seu esgotamento histórico. Evidencia que as condições objetivas econômicas, sociais e políticas estão maduras para sua transformação socialista. A es-

estrutura econômica mundial monopolista já não permite as forças produtivas se desenvolverem livre e integralmente. A estrutura social constitui-se do proletariado e de uma maioria explorada, que sobrevivem sob duros ataques e que carregam a miséria, diante de uma burguesia concentrada, esbanjadora e completamente parasitária. A supra-estrutura política, constituída por Estados afastados das massas, contrapostos à maioria, corrompidos e armados pela ditadura de classe da burguesia, expressa o impasse histórico da democracia burguesa.

A crise mais gigantesca percorreu de 1929 até a 2ª Guerra Mundial. A sua extensão, profundidade e durabilidade puseram por terra todas as medidas econômicas e políticas destinadas a debelá-la. O New Deal de Roosevelt fracassou. A solução estava na maior e mais destrutiva guerra da época imperialista do capitalismo. As tendências bélicas geradas no seio do capital monopolista tomam corpo no quadro da crise, que se apresenta com proporções semelhantes à de 1929.

A 1ª Guerra já havia demonstrado esse fenômeno, que distingue as crises de superprodução do século XIX, portanto do capitalismo liberal, das do século XX. A concorrência, a defesa da lucratividade, a proteção dos mercados e a necessidade de nova repartição do mundo opõem as potências. As soluções pelas vias econômicas se mostram limitadas e não surtem efeito. A destruição de forças produtivas tem de ir muito além da provocada pelas quebras industriais e comerciais. A guerra é a continuidade da destruição de forças produtivas por meios bélicos.

A crise atual apenas começa. Por sua dimensão inicial, tudo indica que será tão gigantesca quanto a de 1929 ou até mais poderosa. As tendências bélicas há tempo vêm se manifestando em conflitos e guerras regionais. Mais recentemente, avivam-se os negócios da indústria militar e o movimento de rearmamento. Destaca-se a necessidade de grandes investimentos militares na China e Rússia, frente ao poderio dos EUA. Faz parte desse quadro o Japão, que não mais pode seguir o alinhamento imposto pelos vencedores da 2ª Guerra. O capitalismo se desintegra em crises e libera poderosas forças de destruição.

A 1ª Guerra deu lugar à primeira revolução proletária na Rússia e criou a União das Repúblicas Soviéticas. Foi decisiva a atuação do partido com o programa bolchevique. A direção leninista expressou a capacidade do proletariado de tomar o poder e expropriar a burguesia. A revolução se projetou na formação da III Internacional – o Partido Mundial da Revolução Socialista. Estava rompido um dos elos da cadeia mundial do capitalismo. Mas um dos elos significativos, representado pela Alemanha desenvolvida, que poderia ser também rompido, foi conservado pela burguesia, graças à fraqueza da direção. A revolução Russa ficou isolada. Permitiu a revisão estalinista, ao surgimento e fortalecimento de tendências restauracionistas do capitalismo e destruição da III Internacional, em plena crise mundial, surgimento do nazifascismo e ambiente de guerra.

A estalinização dos partidos comunistas, as derrotas impostas por traições, a liquidação física da vanguarda e a destruição da III Internacional impuseram a crise de direção. Abria-se um enorme fosso entre as condições objetivas do capitalismo e as tarefas revolucionárias, que tão-somente o partido internacionalista, portanto, marxista-leninista, poderia levar adiante.

A decisão da Oposição de Esquerda Internacional, liderada por Trotsky, de constituir uma nova internacional se deu depois

da constatação de que a III estava programaticamente liquidada e que era responsável por traições que desarmaram o proletariado diante do capitalismo em crise. O Programa de Transição foi a base da IV Internacional. Mas não foi possível implantá-la no proletariado mundial e levá-lo à luta contra a propriedade privada monopolista. A 2ª Guerra atingiu as massas em plena crise de direção. A IV se esfacelou logo no pós-guerra.

O capitalismo se reconstituiu depois de destruir em grande escala forças produtivas. Estendeu o domínio mundial dos EUA. As conquistas da revolução russa e das revoluções seguintes foram sendo minadas pela restauração capitalista. Inúmeras crises se manifestaram depois da guerra. Mas nenhuma se apresentou com a dimensão da atual. Reatam-se os fios da história. O capitalismo caminha para novas e potentes catástrofes.

Mantém-se a tarefa anunciada no Programa de Transição de “superar a contradição entre a maturidade das condições objetivas da revolução e a não maturidade do proletariado e sua vanguarda”. A velha geração que se temperou na luta de classe já não existe. A jovem tem de ser despertada e ganhar capacidade com as experiências que o capitalismo putrefato está impondo e imporá.

A crise de direção facilita à burguesia impor suas medidas às massas e ao capitalismo em decomposição avançar a barbárie. É na luta contra todas as manifestações do capitalismo putrefato que a classe operária recuperará o terreno perdido e avançará a tarefa de compatibilizar a produção social estabelecida pelo capitalismo com uma nova forma de apropriação coletiva do produto. É enfrentando os ataques dos capitalistas aos empregos e salários que a vanguarda construirá o partido internacionalista.

As necessidades e as reivindicações mais elementares se contrapõem e se chocam contra a exploração capitalista. A crise leva as massas a coletivizar as necessidades mais vitais e a procurar a via de resolvê-las. Encontrarão pela frente as direções pró-capitalistas que se apropriaram de seus sindicatos. Terão de se livrar de poderosos obstáculos. Para isso, precisarão resolver a crise de direção. As necessidades coletivizadas pela crise empurrarão o proletário para a tarefa de recuperar suas organizações e construir o partido da revolução.

O Programa de Transição de 1938 colocou para os revolucionários da época: “É preciso ajudar as massas no processo de sua luta cotidiana a encontrar a ponte entre as suas reivindicações atuais e o programa da revolução socialista. Esta ponte deve consistir num sistema de REIVINDICAÇÕES TRANSITÓRIAS, partindo das condições atuais e da consciência de grandes camadas da classe operária, e conduzindo invariavelmente a uma só e mesma conclusão: a conquista do poder pelo proletariado”.

Esse enunciado programático se mantém vigente e ganha atualidade diante da decomposição do capitalismo e da barbárie. A crise de direção será superada aplicando-o e avançando a construção do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Organizar a classe operária no enfrentamento da crise

A crise abrirá um novo período da luta de classe. A mudança econômica de crescimento mundial para recessão afetará as relações de classe.

Nas condições de crescimento, os ataques dos capitalistas à vida das massas, a ofensiva contra conquistas trabalhistas do passado, a pobreza e a miséria de uma vasta camada puderam ser, em certa medida, acobertados pelos exploradores e pela burocracia.

Nas condições de crise ampla e profunda, o capitalismo exporá mais abertamente a barbárie social. O que evidenciará para os explorados as formas de controle e dominação política impostas pela burguesia e assumida pelas direções sindicais.

O descontentamento e as tendências mais profundas de luta abafadas se potencializarão com as demissões em massa, com o altíssimo desemprego crônico, com o rebaixamento generalizado dos salários e de novas medidas de destruição de conquistas. As mobilizações na Europa, destacando a grande manifestação na França, são sinais de mudança, que já vinham sendo prenunciadas muito antes de explodir a crise. Estados Unidos e Japão esperam reações dos explorados. O maior receio da China é do governo se ver diante de movimentos trabalhistas até então sufocados. A heterogênea América Latina que parecia bem encaminhada economicamente, que havia obtido certa estabilidade com governos democráticos e freado os ímpetus de luta, à exceção da Bolívia, se depara com uma reversão que fará vir à tona a tremenda opressão de classe e nacional. Argentina passou recentemente por um vendaval, com a classe média ganhando as ruas e os desempregados bloqueando as estradas do país. Nada foi resolvido e o novo quadro de crise será mais potente. Na Venezuela, o nacionalismo de Chávez não tem como progredir e se estabilizar. A direita burguesa vem se recompondo e aguardando o impacto da baixa do preço do petróleo para deslocar parte das massas oprimidas do chavismo. A repressão ao movimento operário se imporá, como demonstram as mortes no conflito da greve com ocupação da Mitsubishi Motors Corporation.

O Brasil se destaca por a burguesia ter contado com um monumental processo de colaboração de classe. O movimento grevista de fins de 1970 e início de 80 refletiu um proletariado vigoroso, mas sem direção revolucionária. A nova burocracia que o dirigiu sentiu o perigo da ação direta, coletiva, massiva e grevista. Na década de 1990, sob o governo FHC, a classe operária sofreu duros golpes com as privatizações, demissões em massa, implantação dos contratos precários de trabalho e rebaixamento salarial, que comprimiu brutalmente o salário mínimo. A burocracia sindical, tendo a cutista à frente, agiu vigorosamente para evitar uma ascensão generalizada, para isso bloqueou iniciativas de resistência (greve com ocupação na Brastemp), isolou combates (ocupação da CSN) e quebrou a portentosa greve nacional dos petroleiros.

A projeção do PT alimentou as ilusões democráticas das massas. Com o palavreado reformista do PT, com a virada da CUT contra as greves e com o fortalecimento da direita sindical (Força Sindical), a revolta dos explorados foi pulverizada e contida. O peso das demissões e desemprego, sem que houvesse uma direção para responder aos ataques, desenvolveu nos trabalhadores o temor. A burocracia se apoiou no recuo do proletariado para auxiliar as multinacionais a concretizarem acordos de flexibilização do trabalho, sob o governo Lula. Assim, os assalariados se deparam com a crise econômica e se vêem diante da retomada das demissões, sem contudo ter sido preparados pela direção de suas organizações sindicais para reagir coletivamente.

A classe operária está desarmada frente à nova situação. A classe capitalista tem a seu favor a dificuldade dos explorados reagirem e encontrarem o caminho da luta unitária. Acordos de redução dos salários têm sido impostos pelos patrões e burocracia, como se fossem da vontade dos operários e de decisão própria. Mas não há passividade generalizada. Manifestações e greves iso-

ladas mostram o descontentamento da maioria.

O novo quadro social e político que se abre com a crise mundial não implica automaticamente uma resistência imediata. A desorganização sindical e a ausência do partido revolucionário no seio do proletariado facilitam as manobras da burocracia e dos capitalistas. As forças da reação – governos, burgueses, partidos, burocratas sindicais etc – coordenam ações políticas e repressivas para bloquear a ruptura da dominação do período anterior.

O desenvolvimento da crise, porém, estará contra a estabilidade do controle burguês sobre as massas. Os acordos de redução salarial e as demissões inevitáveis apenas aliviarão momentaneamente a burguesia. Esta terá de atacar mais fundo a força de trabalho. O antagonismo entre a burguesia e o proletariado se evidenciará com o avanço da crise.

Com essa compreensão, o partido em construção deve influenciar a vanguarda que se destacará pelo instinto de luta e rechaçará o curso das negociações colaboracionistas.

A Força Sindical que está à frente dos principais acordos alega que os capitalistas estão apresentando razões comprovadas. Isso mostra que a burocracia precisa de argumentos para enganar os operários. Surgem da crise situações que permitem à vanguarda classista responder com medidas opostas que expressem o Programa de Transição.

Os capitalistas devem abrir toda contabilidade aos assalariados, para isso é preciso lutar pelo controle operário da produção. Frente às demissões, redução da jornada sem reduzir os salários. Que os capitalistas reduzam seus lucros e, se não o podem, que entreguem as fábricas para o controle operário. É um bom momento para os trabalhadores defenderem a estabilidade, o fim dos contratos temporários, a terceirização etc. Mas não se trata de apenas defender o emprego na fábrica em que se está demitindo. Milhões estão desempregados. É também um bom momento para levantar a bandeira de emprego a todos. A escala móvel das horas de trabalho é a única forma de acabar com o desemprego. Com a escala móvel, as horas nacionais trabalhadas são divididas entre todos aptos ao trabalho. Essa é a bandeira mais significativa do programa da classe operária, que não depende de situações particulares da crise e das demissões. A burguesia usa a seu favor uma espécie de pseudo escala móvel: o banco de horas. Há que rechaçá-la, com a luta pela escala móvel das horas de trabalho.

Mas a crise também expõe com clareza a miséria e a pobreza da maioria. É um bom momento para lutar pelo fim da barbárie. O salário mínimo vital deve ser implantado. O que milhões recebem não dá para se alimentar. A burocracia propagandeia que Lula elevará o salário mínimo para R\$ 475,00, mas uma família de quatro pessoas necessita de R\$ 2.750,00. A burocracia diz que na crise e com demissões não é momento de reivindicar salário. Falso. O momento é ditado pela fome e miséria.

A classe operária não deve seguir o momento das necessidades e interesses da classe capitalista. A resposta aos exploradores que querem reduzir os salários e ao governo que os protege é salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste. As justificativas e argumentos contrários à defesa da escala móvel das horas de trabalho e do salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste servem de água ao moinho do capitalismo. Reformistas e centristas são pródigos em rechaçá-las. A razão está em que não podem ligar as reivindicações de defesa da vida das massas à tarefa da revolução e ditadura proletárias.

Rumo da crise: ataque ao emprego e o salário

Os dados da crise

Depois das 598 mil demissões em dezembro (maior em 34 anos), a crise vai se manifestando cada vez com mais vigor na economia norte-americana. Os preços das casas nos Estados Unidos caíram 12,4% em 2008, a maior queda anual desde 1979. A fabricante de veículos GM (General Motors) ofereceu um plano de demissão voluntária a seus 62 mil funcionários que são filiados ao UAW (United Auto Workers, principal sindicato do setor). A Bolsa de Valores de Nova York tem registrado quedas quase que diárias. No último dia 10, logo após o anúncio da aprovação do pacto anti-crise do governo Obama, o índice caiu 4%. As vendas no varejo no país cresceram 1% no mês de janeiro, após recuar por seis meses consecutivos, 3% só em dezembro. Os pedidos de seguro-desemprego somam mais de 600 mil por semana, quando 400 mil já seriam considerados recessivos. O número de pessoas recebendo esse benefício por ao menos duas semanas ficou em 4,81 milhões, atingindo o maior total desde que o departamento passou a registrar os dados em 1967.

Na Europa, a crise também se agrava. A produção industrial na zona do euro teve uma queda de 12% no ano passado, a maior já registrada no grupo de países que utiliza a moeda comum europeia. Em dezembro, a produção caiu 2,6% em relação a novembro. A produção industrial da França, afetada pela forte perda de ritmo dos setores automobilístico e de bens intermediários, registrou uma queda de 1,8% em dezembro, na comparação com novembro, quando havia caído 2,8%. O conjunto da produção caiu 6,7% no último trimestre de 2008 em relação ao período anterior e 9,3% na comparação com o último trimestre de 2007. O banco UBS, maior da Suíça, teve um prejuízo de US\$ 16,9 bilhões em 2008, o maior de sua história. A Espanha acaba de entrar oficialmente em recessão, com o pior resultado econômico desde 1993.

As empresas japonesas já anunciaram mais de 85 mil cortes de empregos neste ano. O anúncio mais recente desse tipo foi feito pela Pioneer, que informou que vai eliminar 10 mil empregos, o que eleva o total de cortes apenas no setor de tecnologia para mais de 62 mil. O setor automobilístico, que também passa por um momento de crise, já anunciou cortes; o mais recente foi feito pela Nissan, que informou que vai eliminar 20 mil postos de trabalho. No mês passado, a Honda Motor, segunda maior fabricante japonesa de automóveis, anunciou a demissão de 3.100 funcionários temporários no Japão e um novo corte da produção. No setor de tecnologia, gigantes como Panasonic, Hitachi, Toshiba, NEC, Sanyo e Sony registram queda na demanda por seus produtos no mundo todo, em particular nos EUA, com o avanço da crise. No total, essas empresas já anunciaram cortes de mais de 62 mil empregos: Panasonic, 15 mil; Hitachi, 7.000; Toshiba, 4.500; NEC, 20 mil; e Sony, 16 mil (anunciados em dezembro, mas confirmados neste ano). A Sanyo tem uma previsão de corte de 1.200 empregos.

No Brasil, os dados indicam que produção industrial caiu 16,2% no último trimestre de 2008, 12,4% só em dezembro. As horas trabalhadas recuaram 19,2% e o emprego caiu 3,4%. Em novembro, a queda na produção industrial havia sido de 5,2%. Em relação a novembro do ano passado, foi verificada queda de 14,5%. No acumulado do último trimestre do ano (outubro a dezembro), a produção recuou 9,4% sobre os três meses imediatamente anteriores. Em relação ao quarto trimestre de 2007, a produção caiu 6,2%. Houve

recuo na produção em 25 dos 27 ramos pesquisados em dezembro, na comparação com o mês anterior. A principal influência veio da indústria automobilística, cuja produção caiu 39,7%. Também apresentaram queda os setores de máquinas e equipamentos (-19,2%), material eletrônico e equipamento de comunicações (-48,8%). Apresentaram alta apenas os setores de outros equipamentos de transporte (6,7%) e celulose e papel (0,4%). Entre as categorias de uso, os bens de consumo duráveis registraram queda de 34,3%. A produção de bens de capital despencou 22,2%. Na comparação com dezembro do ano passado, houve redução da produção em 23 das 27 atividades analisadas. A produção automobilística registrou queda de 59,1% nessa base comparativa. Também recuaram as produções de material eletrônico e equipamentos de comunicações (-60,3%) e borracha e plástico (-31,1%).

Ainda na relação com dezembro do ano passado, a produção de bens duráveis despencou 42,2%. Bens de capital caíram 13,1%. Há uma previsão de retração de 8% na produção agrícola nacional para 2009. A queda de mais de 20% nas exportações em janeiro levou a balança comercial brasileira a registrar o primeiro déficit mensal em quase oito anos. As importações superaram as exportações em US\$ 518 milhões. Desde março de 2001, a entrada de produtos estrangeiros no país não superava as vendas do Brasil para o exterior. Naquele mês, o déficit ficou em US\$ 274 milhões.

Os dados acima ilustram bem as principais tendências da crise econômica mundial e suas manifestações no Brasil.

Algumas conclusões:

1) O governo Obama se mostra empenhado em apresentar medidas contra a crise. Mas suas medidas não têm entusiasmado os capitalistas, que têm em suas mãos os cálculos de dezenas de trilhões de dólares em prejuízos e sabem que um plano de menos de 1 trilhão não terá efeito sensível sobre a crise.

2) As medidas de Obama se concentram em salvar as montadoras de veículos e alguns bancos, e proteger da concorrência externa setores estratégicos da economia. O acordo ao redor da política de importação do aço, por exemplo, só veio para preservar compromissos recíprocos com a Europa, descartando produtores como o Brasil.

3) A crise afeta Europa e Japão de forma mais violenta e imediata. China, Brasil e outros países também sofrem com a crise, mas de forma mais retardada. Os exportadores de mercadorias e capitais aos EUA não têm mais onde despejar a superprodução e o capital excedente e sem aplicação produtiva.

4) O Brasil sofre as manifestações da crise de forma desigual. Trata-se de uma das consequências de sua economia capitalista desigual e combinada. A indústria é o setor mais afetado, destacando-se o automobilístico. A safra agrícola começa a sofrer a partir de agora os impactos da retração do mercado mundial e desvalorização das matérias-primas (previsão de queda de 8% na safra de 2009). O crédito escasso e o receio da crise reduziu o endividamento da população. Algumas medidas governamentais, como a redução do IPI sobre os automóveis, atenuaram a retração (janeiro de 2009 vendeu 198 mil automóveis (dobro de dezembro), diante de 200 mil em janeiro de 2008). Tudo indica que essas medidas terão fôlego curto. Os dados de queda na compra de bens de capital indicam menos investimentos produtivos de forma mais duradoura. E o déficit no saldo da balança comercial reflete a retração do comércio exterior.

Os acordos de redução salarial

Os patrões têm atacado o emprego e o salário para despejar a crise sobre os trabalhadores. Em algumas empresas, demitem centenas de operários, para, depois, com os que sobraram amedrontados, impor acordos de redução de jornada e salários, sem garantia de emprego. Outras empresas buscam o apoio das direções sindicais para fazer acordos de redução de jornada de salários, para depois demitirem. Em todos os casos, não há garantia de emprego e os salários são reduzidos.

Com a alta do desemprego em janeiro, o governo já estuda uma forma de facilitar acordos coletivos com redução de jornada de trabalho e de salário, além de avaliar a possibilidade de reduzir tributos sobre a folha de pessoal das empresas em troca de manter empregos. O plano, que começou a ser discutido dia 10/02, poderá permitir ainda que o trabalhador possa sacar parte do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para complementar a renda perdida. Acordos prevendo flexibilização do contrato de trabalho já atingem 40,6 mil metalúrgicos – de 66 empresas – no Estado de São Paulo desde o agravamento da crise. Em dezembro, 654 mil vagas foram fechadas no país.

Alguns acordos de redução:

Os metalúrgicos da empresa de autopeças Samot, localizada na zona sul de São Paulo, aprovaram dia 30/01 proposta de redução da jornada de trabalho em 20%, e de salário em 15%, pelo prazo de 90 dias, a partir de 2 de fevereiro.

Funcionários da fábrica de autopeças Sabó, na zona oeste da capital, aceitaram a proposta de reduzir a jornada de trabalho em um dia a menos na semana, e o salário será reduzido em 12%.

Os trabalhadores da MWM aprovaram proposta em que haverá a redução de 20% da jornada e 16,5% do salário, a partir de 1º de fevereiro.

Na Valeo, a partir de 1º de fevereiro, a jornada foi reduzida em um dia de trabalho por semana, enquanto os salários serão cortados em 15%.

A Vale fez a proposta de oferecer licença remunerada aos seus funcionários do setor de minério de ferro de Minas e Mato Grosso do Sul, com o pagamento de metade dos salários, até o dia 31 de maio deste ano. Sete sindicatos já aprovaram acordos nesse sentido. A empresa propôs o acordo depois de demitir 1.400 funcionários.

Greve readmite metade

Após uma semana de protestos e paralisação dos metalúrgicos, a fornecedora de peças e sistemas automotivos TRW cancelou a demissão de 86 trabalhadores da fábrica de Diadema, o que corresponde a metade dos funcionários dispensados em dezembro. O acordo de fim da luta estabelece o pagamento de três salários adicionais, seis meses de cesta básica e seis meses de convênio médico aos funcionários que tiveram as dispensas confirmadas, e estabilidade no emprego de 90 dias aos trabalhadores (de 9 de fevereiro a 9 de maio).

De um lado, a mobilização dos trabalhadores da TRW mostra que o meio de combater as demissões é a luta, a greve. Mas vê-se que a direção sindical negociou a demissão da outra metade dos demitidos, com migalhas para lhes calar e 90 dias de estabilidade para a maioria, que é pouco e poderá levar a mais demissões após esse prazo, se não houver mais luta.

A TRW foi exceção, num momento em que as direções sindicais estão fechando centenas de acordos de redução salarial. Esse

movimento ficou isolado, a direção sindical não trabalhou para que se generalizasse pelas outras fábricas do ABC e se tornasse um ponto de apoio para barrar todas as demissões, na TRW e nas outras fábricas. Ao contrário, diante da rebelião dos operários, tratou de negociar um meio termo com os patrões, que acabou levando ao fim do movimento.

A real defesa do emprego e salário

O capitalismo é o modo de produção que se baseia na exploração do trabalho assalariado. O emprego é a única fonte de sobrevivência dos explorados. Negociar demissões é aceitar que parte dos trabalhadores e suas famílias fiquem sem essa fonte de sobrevivência. A redução salarial é a imposição de mais miséria para os trabalhadores, que assim pagam pela crise capitalista.

Os patrões aplicam o terrorismo contra os trabalhadores, ameaçando com a demissão e dividindo os oprimidos. As direções sindicais acabam ajudando os patrões a dividir os explorados e a impor medidas de ataque aos salários e empregos.

Contra tudo isso, os trabalhadores têm de se unir e erguer um movimento de luta em defesa do emprego e salário:

Os capitalistas dizem: ou redução da jornada com redução salarial, ou demissões. Os patrões estão descarregando sua crise econômica sobre nós assalariados.

Dizemos NÃO !!

NÃO à redução da jornada de trabalho com redução dos salários;

NÃO ao banco de horas;

NÃO à suspensão temporária com redução dos salários;

Que o sindicato não negocie nosso emprego. Que lute!

Pela redução da jornada sem redução dos salários;

Pela escala móvel das horas de trabalho, para empregar a todos;

Pelo controle operário da produção;

Pelo fim da terceirização;

Pelo fim do contrato temporário;

Pela estabilidade no emprego.

Construir o partido operário revolucionário, para alcançar a independência de classe diante dos patrões, suas políticas e suas instituições!

A crise tem mostrado que é preciso a mobilização para enfrentar os ataques dos capitalistas. Os movimentos que brotam espontaneamente mostram disposição de luta dos oprimidos, mas permanecem isolados ou são traídos pelas direções conciliadoras com os capitalistas e seus governos. Falta aos explorados um instrumento fundamental, que é a organização fundamentada num programa revolucionário para conquistar a independência política, de classe, diante dos exploradores e caminhar para a revolução proletária, socialista, que acabará com todas as mazelas do capitalismo, ao pôr fim à fonte da exploração: a propriedade privada dos meios de produção. A luta contra as demissões, que deve ser voltada à greve com ocupação de fábrica, ajudará os explorados a perceberem que o capitalista é supérfluo na produção social, que deverá ser planejada e voltada às necessidades da maioria. Isso será feito quando se puser fim à propriedade privada dos meios de produção, tornando o resultado da produção social em coletiva. Isso é o socialismo, que será construído pelos próprios trabalhadores, e que tem como primeiro passo a construção de seu próprio partido.

Metalúrgicos protestam na Volks

O ato dos metalúrgicos no dia 11 de fevereiro começou no pátio da montadora, com a participação de horistas e mensalistas.

O centro das intervenções da burocracia sindical foi o de que a Volks tem uma realidade diferente das outras empresas: está com a produção em alta, muitas horas extras e fila de espera para alguns modelos de carro. Segundo os burocratas, isso se deveu à política que o sindicato e da comissão de fábrica vêm desenvolvendo. Um dos membros da Comissão de fábrica, “Bigode”, chegou a afirmar que a Coordenação da Comissão deveria ser mais incisiva e propor para a direção sindical a exportação dessa política a todas as categorias.

Criticaram os empresários que, sob a desculpa da crise mundial, “demitem e cortam salários, apesar dos cinco anos consecutivos de recordes de produção, vendas e faturamento”. Denunciaram os juros altos e o “spread” (lucro dos bancos com empréstimo) no Brasil, que é um dos maiores do mundo.

A direção sindical do ABC reforçou o apoio à política do Lula. Disse assim: “ampliou programas sociais, diminuiu o IPI (Imposto Sobre Produtos Industrializados) dos automóveis e aumentou o valor do mínimo e aumenta a oferta de crédito para o mercado”. Por outro lado, criticou o governo Serra por “não reduzir tributos como ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias) e IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veí-

culo Automotor)”.

Depois dos elogios a eles mesmos, falaram dos acordos assinados pela Força Sindical e da intransigência da Conlutas em não aceitar nenhum acordo

Para dar um caráter de luta ao ato, houve a interrupção da via Anchieta por 15 minutos, e se aprovou uma campanha nacional em defesa do emprego e do salário. Mas tudo não passava de fachada. A burocracia sindical apóia o governo e assina acordos de redução de jornada com redução de salário. Combate as propostas de assembléias unitárias e de construção de um só movimento, unindo empregados e desempregados, para enfrentar as medidas patronais e governamentais.



Ato de 11/02 no Rio de Janeiro

Fazendo parte do Dia Nacional de Luta Pelo Emprego e Pelo Salário, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, em frente à sede administrativa da ex-estatal Vale do Rio Doce, um ato envolvendo algumas centrais sindicais, sindicatos e partidos políticos, sendo organizado principalmente por CUT e Conlutas.

Primeiramente marcado para as 14h, o horário de início foi alterado unilateralmente pela CUT para as 16h no dia anterior ao ato, pois contavam com a presença de toda a burocracia dirigente, incluindo seu presidente, Arthur Henrique.

Este ato contou com a presença de aproximadamente 500 pessoas, mas não é possível obter uma caracterização diferente da de um ato de vanguarda sindical e popular. Houve a presença de trabalhadores ligados à mineração e siderurgia, principalmente de Minas Gerais. No geral, sentiu-se a ausência das massas.

Os discursos entre CUT e Conlutas convergiram de que não são os trabalhadores que devem pagar pela crise, mas sim os “ricos”; que a unidade dos trabalhadores em luta é importante para barrar o desemprego promovido pelos patrões e fortalecer as possibilidades de negociações com o governo.

A CUT é uma das centrais que já promove acordos com os capitalistas no sentido de “garantir os postos de trabalho a qualquer custo”, ou seja, aceitando as medidas de flexibilização dos direitos trabalhistas. A política da burocracia de “garantia dos postos de trabalho a qualquer custo” não trará fim às demissões. Ao contrário, desarmará ainda mais a classe operária e demais explorados.

A defesa do PSTU de edição de uma medida provisória por meio do presidente Lula/PT para garantia da estabilidade no emprego é pífia e legalista. Quem manda nos negócios dos capitalistas são eles.

A classe operária encontra-se desorganizada. A raquítica presença do proletariado em um ato em defesa do emprego no momento mais crítico do capitalismo desde 1945 demonstra a vacilação de suas direções, ao não apresentarem a real situação de decomposição da economia e da sociedade burguesas, ao não convocarem manifestações massivas, ao não instigarem entre os explorados a revolta e a luta coletiva por meio da ação direta contra a propriedade privada dos meios de produção. Com o agravamento da crise mundial do capitalismo, transformando-se de crise econômica em crise social, a defesa das bandeiras essenciais da vida das massas ganhará projeção entre o proletariado; a *escala móvel das horas de trabalho* é a solução da classe operária para o desemprego; o *salário mínimo vital* mobilizará as massas contra sua pauperização.

Bandeiras estas que jamais serão defendidas pela burocracia sindical da CUT ou de qualquer outra central existente. Mais do que nunca é essencial a construção de **frações revolucionárias** nos sindicatos e centrais, expulsando a burocracia corrupta e pró-capitalista dos organismos de massa dos trabalhadores, construindo direções que estejam ligadas às tarefas históricas do proletariado, ou seja, a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista.

Ato em São Paulo

O ato em São Paulo foi dividido. A CUT fez uma manifestação no dia 11 e a Conlutas e Intersindical, no dia 12. O ato da CUT foi de apoio às medidas anunciadas por Lula e se resumiu a uma panfletagem no centro da cidade. O ato da Conlutas/Intersindical reuniu a vanguarda, sindicalistas de São José dos Campos, Campinas e região e contou com militantes do movimento sem-teto.

A reivindicação central do ato da Conlutas foi a redução da jornada sem redução do salário. Houve também a defesa de exigir do governo Lula uma Medida Provisória (MP) para

garantir os empregos.

A manifestação saiu do Masp (Av. Paulista) e se dirigiu à Fiesp. A intenção dos organizadores do ato era a de protocolar uma carta, dirigida à Federação das Indústrias de São Paulo.

A divisão das Centrais enfraquece a luta dos trabalhadores pelo emprego e dificulta o combate à burocracia sindical colaboracionista, que todos os dias vêm assinando os acordos de flexibilização do trabalho, suspensão temporária, redução salarial e de demissões.

Manifesto do POR - Campanha contra as demissões e desemprego

Não aceitamos negociar nossos empregos

Aos trabalhadores

Temos de dizer que emprego não se negocia, defende-se com luta. Os capitalistas demitiram e estão demitindo em massa. Alegam que a crise econômica não deixa outra saída a não ser passar o facão. Milhares de postos de trabalho foram fechados. Depois dessa devassa, os capitalistas colocam para os operários: vocês devem aceitar redução da jornada com redução do salário. Ou então: vocês devem aceitar suspensão temporária do trabalho com redução do salário. Ou então: vocês devem aceitar o banco de horas. Todas essas alternativas protegem apenas o patrão.

Por que protegem só os patrões?

Nós perdemos parte dos salários, que já são miseráveis. E os empregos estão garantidos? Não! Quando acabar o prazo do acordo, as demissões virão. O capital e o lucro dos exploradores ficam seguros. Mas os empregos dos explorados não estão seguros. E fazemos as contas com a perda de 20% ou 15% em nossos salários. Chegaremos ao fim do mês com os gastos da família? A maioria não agüenta. Ao contrário deste tipo de acordo, temos de defender o emprego e o salário.

Devemos apoiar os sindicalistas que aceitam os acordos?

Não devemos apoiar nenhum deles. Isso porque esses sindicalistas não estão cumprindo seu dever para com a classe operária. Qual é seu dever: 1. Ter previsto que a crise viria e que os patrões iriam atacar os empregos e os salários; 2. Preparar os trabalhadores para responder

à crise capitalista com luta; 3. Convocar assembléias gerais e por fábrica para organizar a resistência ao ataque patronal. Nada disso fizeram. Por isso, essa gente não passa de burocratas sindicais. Não merecem confiança alguma.

O que fizeram e estão fazendo os burocratas sindicais?

Colocaram-se imediatamente do lado dos patrões. Aceitaram a redução salarial, suspensão do trabalho ou banco de horas. Os burocratas ficaram no escritório do sindicato esperando a crise chegar. Deixaram os capitalistas de mãos livres para pressionar os trabalhadores. Agora, montam a assembléia fajuta no pátio da fábrica contando com a dispensa do patrão. Assim colocam: ou aceitar o acordo ou demissão.

O que os operários devem saber sobre a crise

As crises são inevitáveis porque é próprio do capitalismo acumular muita riqueza nas mãos da minoria exploradora e provocar muita pobreza e miséria da maioria explorada. A capacidade produtiva do capitalismo é gigantesca, mas a maioria não pode consumir, pois vive na pobreza. Assim, trata-se de crise de superprodução. Sobra de um lado mercadoria e de outro uma massa humana que mal tem o que comer. Os capitalistas, para manterem seus lucros, fazem de tudo: aumentam a exploração e fazem jogatinas por meio dos bancos, bolsas de valores etc. Quando vem a crise, os capitalistas destroem riquezas. Conseqüentemente, destroem milhões de empregos em todo o mundo. A crise,

assim, tem origem na propriedade capitalista dos meios de produção (fábricas, terras etc) e na exploração do trabalho assalariado.

Duas saídas para a crise

As saídas podem ser dadas pela classe capitalista ou pela classe operária. A burocracia sindical quer que aceitemos que há apenas a saída apresentada pela classe capitalista. Falso. As duas saídas são: 1. A saída da classe capitalista é de proteger seu capital e atacar os empregos e salários. Assim, protegem a propriedade dos meios de produção e a exploração do trabalho; 2. A saída da classe operária é de proteger os empregos e salários atacando o capital. Assim atacamos a propriedade capitalista dos meios de produção e a exploração do trabalho. Os acordos que estão sendo feitos de redução do salário são a saída apresentada pela classe capitalista.

Duas políticas para duas saídas

A política da burguesia é a de descarregar a crise sobre os assalariados. Para isso, ou demitem ou impõem acordos de redução salarial. Ou fazem as duas coisas, primeiro demitem e depois impõem o acordo. Ou então impõem o acordo e depois demitem. As direções sindicais, vendidas aos patrões, participam dessa política. Dizem que o acordo é passageiro e que é melhor com pouco salário do que nada. A política da classe operária é a de que a burguesia pague por sua crise. Para isso, exigimos que os patrões reduzam a jornada sem reduzir os salários. Caso nos demitam, então greve com ocupação da fábrica. Ao contrário

da burocracia vendida, dizemos que a crise será longa e que defendemos o emprego para todos.

Por onde começar a luta

De cara, rejeitar a saída e a política da classe capitalista. Não aceitar o argumento pró-patronal da burocracia sindical. Nossa bandeira: emprego não se negocia. Levantar nossas reivindicações de emprego e salário a todos. Exigir que os sindicatos convoquem a assembléia geral para combater os ataques dos capitalistas. Formar os comitês de fábrica e de bairro em defesa do emprego e pelo fim de todo desemprego. Unir nossas forças em um único movimento, de forma que, se necessário, utilizar a greve.

Nosso objetivo maior

O movimento operário e popular só terá força contra a classe burguesa e seu governo caso lute contra a exploração do trabalho. Necessitamos expropriar a grande propriedade dos meios de produção e transformá-los em propriedade coletiva de toda sociedade. Mas a revolução social não virá da noite para o dia. A classe operária tem de se organizar para isso. Daremos os primeiros passos lutando por nossa política diante da crise. Os patrões dizem que necessitam nos demitir ou reduzir os salários porque

o mercado está ruim e não podem ter prejuízo. A burocracia sindical explica que só aceita acordos de redução caso os empresários comprovem que têm prejuízo. Nada mais falso. Os empresários escondem sua contabilidade real. Devemos exigir duas condições: que os empresários de todo o país abram seus livros para serem analisados e que aceitem o controle operário da produção. Não aceitarão. Mas é por aqui que caminharemos em defesa dos empregos e do fim da exploração do trabalho.

O principal instrumento que nos falta

Diante da crise e do aumento da exploração do trabalho, criam-se tendências de luta dos trabalhadores e oprimidos contra a opressão. Mas as lutas que acontecem são mantidas divididas, ainda domina o corporativismo, que é estimulado pelas direções burocráticas. Ressalta a falta de uma direção revolucionária, de uma organização política fundamentada num programa revolucionário, que seja capaz de preparar os explorados para enfrentar os ataques capitalistas e cumprir o papel de centralização das lutas e ligação de cada uma delas e de todas ao fim de toda exploração e opressão. Esse papel só pode ser cumprido pelo partido revolucionário.

Ao mesmo tempo em que se organiza a resistência contra os ataques patronais e dos governos, é preciso trabalhar pela construção desse partido, que tem como objetivo estratégico a revolução proletária e o socialismo.

Como enfrentar a crise e suas consequências

Os capitalistas dizem: ou redução da jornada com redução salarial, ou demissões. Os patrões estão descarregando sua crise econômica sobre nós assalariados.

Dizemos NÃO !!

NÃO à redução da jornada de trabalho com redução dos salários;

NÃO ao banco de horas;

NÃO à suspensão temporária com redução dos salários;

Que o sindicato não negocie nosso emprego. Que lute!

Pela redução da jornada sem redução dos salários;

Pela escala móvel das horas de trabalho, para empregar a todos;

Pelo controle operário da produção;

Pelo fim da terceirização;

Pelo fim do contrato temporário;

Pela estabilidade no emprego

Frente às demissões, greve com ocupação de fábrica!

Conlutas e a resistência operária no Vale do Paraíba

Os ataques da patronal em 2008-2009

O Vale do Paraíba é o quarto maior pólo industrial de São Paulo; estima-se que mais de 120 mil operários trabalhem nas mais de mil indústrias espalhadas pela região. A cidade de São José dos Campos, mais populosa e mais importante economicamente, ocupava em 2006, conforme dados do IBGE, a nona posição entre as cem maiores cidades industriais do país na participação do PIB; no Estado de São Paulo, responde pela maior arrecadação municipal de ICMS.

Entre as grandes indústrias localizadas na região, encontram-se a General Motors, a Ericsson, a Johnson & Johnson, a Kodak, a Monsanto, a Pa-

nasonic, a Hitachi, a Philips, a Graúna Aerospace etc. Só na cidade de São José, calcula-se em torno de 500 indústrias.

Desde setembro do ano passado, essas grandes indústrias vêm anunciando demissões, férias coletivas, PDV e licenças remuneradas. Justificam tais medidas a partir da crise econômica, que, no último trimestre de 2008, levou à pior queda da produção industrial em dez anos no país. Comparece, na região, a tendência geral dos capitalistas jogarem sobre as costas da classe operária o peso da crise:

O ataque patronal começou pela GM de São José que abriu dois PDV, um em setembro e outro em novembro e que de outubro a janeiro desse ano

já deu 6 férias coletivas para diferentes setores da fábrica; nesse mês, demitiu 802 trabalhadores;

A Graúna Aerospace, que fornece peças para Embraer e atua em Caçapava, demitiu em dezembro 47 trabalhadores;

A Wirex Cable, produtora de cabos automotivos, que tem 600 operários, demitiu 30 também em dezembro;

A Italspeed Automotive, fornecedora da Volkswagen, em Caçapava, demitiu 13 dos seus 200 operários;

A Eaton, de autopeças, demitiu 30 em São José dos Campos;

A Inox, também de autopeças, não pagou seus 95 trabalhadores em dezembro e em janeiro, além do 13º salário;

A Hitachi, que produz equipamentos para refrigeração, não pagou integralmente o PLR;

A Schrader, de autopeças em Jacareí, pressiona os trabalhadores da fábrica para fechar acordo de redução de salários em 20%.

O lugar do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos

Esse é um quadro incompleto da região do Vale do Paraíba, que apresenta uma particularidade em relação a outros pólos industriais: a existência de uma direção sindical não vinculada à CUT, Força Sindical ou CTB (governistas). Trata-se do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, Caçapava, Jacareí, Santa Branca e Igaratá, que é composto majoritariamente pelo MTS (corrente sindical do PSTU). Ainda na região do Vale, existe o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região, mas esse é cutista e tem seguido a orientação geral da CUT nacional.

Dizemos particularidade porque tem resistido às pressões patronais para assinar acordos de flexibilização do trabalho. Mesmo pressionados por uma parcela dos trabalhadores da Schrader (sob influência da patronal) que exigia a assinatura do acordo de diminuição de 20% do salário em troca da estabilidade de alguns meses, a direção do sindicato manteve a posição de nenhum rebaixamento salarial e de estabilidade imediata. Assim, o sindicato dirigido pela Conlutas aparece como uma oposição às propostas colaboracionistas das outras centrais sindicais.

Durante todo o ano de 2008, o Sindicato dos Metalúrgicos levantou a bandeira de redução de jornada sem redução de salário, apontava tal medida como uma forma de aumentar o emprego. Levantava como argumento em seus materiais o crescimento e lucratividade da indústria nos últimos anos, o que possibilitava defender mais empregos sem redução salarial. Com a crise que despontou no segundo semestre, em novembro surge a Campanha, da Conlutas, seguida pelo Sindicato, de "Estabilidade já!". Nos materiais anteriores do Sindicato, essa bandeira não aparecia.

Sem entrar no mérito da campanha em si, de redução de jornada sem re-

dução de salário e de estabilidade já, é preciso apontar que a política do Sindicato/Conlutas/PSTU é frágil, porque a Conlutas não desenvolve no seio da classe operária o programa que contenha bandeiras transitórias de ataque ao capitalismo e o conseqüente método da ação direta.

A bandeira de redução de jornada sem redução de salário aplicada numa situação particular de demissão em uma determinada fábrica ou numa situação em que o capitalista propõe a redução da jornada com redução do salário tem sua validade apenas se o sindicato estiver trabalhando na classe operária a bandeira de escala móvel das horas de trabalho e se a resposta particular de redução da jornada sem redução de salário impulsionar a luta geral pela escala móvel das horas de trabalho. A utilização imediatista e puramente circunstancial da redução de jornada sem redução de salário não possibilita organizar o conjunto dos explorados para enfrentar o ataque generalizado do capital contra o trabalho. Ocorre que a Conlutas e o PSTU se negam a defender a escala móvel das horas de trabalho.

A bandeira de estabilidade só é levantada pela Conlutas quando já estão materializadas as demissões, PDV e férias coletivas. A Avibras Indústria Aeroespacial demitiu 350 trabalhadores em julho e a GM de São José, que é uma das principais fábricas ligadas ao Sindicato, abriu o primeiro PDV em setembro, quando a bandeira começou a ser utilizada somente em novembro. Frente às novas demissões, comparece desvinculada dos acontecimentos. A defesa da estabilidade tem de ser encarnada pelo conjunto do proletariado. Daí a importância de não ser utilizada apenas em situações particulares e imediatas.

O fato é que a burguesia impôs mudanças nas relações trabalhistas, aumentado a instabilidade no emprego, a rotatividade da mão-de-obra e as demissões. Isso em período de crescimento econômico. A terceirização e o contrato temporário forma duas investidas dos capitalistas que fragilizaram os trabalhadores. A Conlutas se mostrou incapaz de enfrentar essa ofensiva. A CUT e a Força Sindical simplesmente colaboraram para a flexibilização do trabalho.

Defender os métodos de luta da classe operária

As reivindicações só se materializam pela forma como a luta ocorre; quando a luta é radicalizada por passeatas, assembléias e greve, a possibilidade de quebrar a ofensiva dos capitalistas é maior. Ocorre que as lutas têm sido conduzidas para a pressão parlamentar, alimentando ilusão da possibilidade de conseguir do governo Lula medidas provisórias (MPs) e leis que garantam o emprego e o salário da classe operária.

O Sindicato de Metalúrgicos de São José recorreu à pressão parlamentar ao defender que a estabilidade fosse conseguida através da intervenção de Lula. A Conlutas reivindicou a participação juntamente com a CUT e a Força Sindical na audiência com Lula. Não foi aceito o pedido. No entanto, a Conlutas aceitou comparecer sozinha no encontro com membros do governo. Essa conduta política expressa contradições típicas da política centrista do PSTU. Ao alimentar a ilusão de que o governo, o Ministério do Trabalho ou os Tribunais Regionais, como o de Campinas, podem garantir o , adiou ainda mais a tarefa de enraizar a política de enfrentamento e resistência à ofensiva capitalista. Se os trabalhadores em suas assembléias têm defendido a readmissão dos demitidos e a defesa da estabilidade já, essas reivindicações só podem ser conquistadas com a ação direta, com os métodos genuínos da classe operária.

Mais do que nunca é preciso defender o método grevista e rechaçar os desvios parlamentaristas implantados pela burocracia sindical e PT. É preciso uma resposta unitária - a fragmentação por fábrica favorece somente ao patronato, que se sente em melhores condições para pressionar os trabalhadores, como na Schrader que montou uma comissão para exigir do sindicato que assinasse um acordo de redução salarial. As demissões em massa colocam a tarefa de unir empregados e desempregados num só movimento pela defesa do trabalho a todos. A propaganda e agitação de um programa proletário para a crise são necessários para desenvolver as reivindicações particulares da situação e as de transição para o socialismo.

Crise econômico-financeira atinge a vida dos trabalhadores na Bahia: defender o emprego com luta, sem redução de salários!

A crise econômico-financeira tem atingido em cheio as condições de vida e trabalho das massas trabalhadoras no Estado da Bahia, incrementando ainda mais os índices de miséria, desemprego e informalidade. Quanto mais avança a crise e suas conseqüências sociais se tornam patentes, o campo de manobra do governo do PT de Jaques Wagner se fragiliza. O socorro aos capitalistas desmascaram o reformismo petista, uma vez que para os explorados só restam demissões, desemprego e fome.

O governador Jaques Wagner foi eleito com uma plataforma de democratização do Estado e enfretamento com a oligarquia, realização de reformas em favor dos assalariados, combate ao desemprego, ao analfabetismo, minimização da violência urbana e atendimento aos reclamos dos servidores estaduais.

Desde o início, o governo petista ancorou-se no temporário crescimento econômico e nos ganhos políticos do governo Lula. Apoiado nas ilusões dos explorados, manobram a população miserável, os camponeses sem-terra e os servidores públicos com o argumento de que os governos anteriores haviam deixado uma “herança maldita”, de reformas neoliberais, que deviam ser superadas gradativamente.

Utilizou constantemente a chamada “mesa de negociação” de cúpula com a burocracia sindical para aplacar o descontentamento dos servidores, quebrar as greves e movimentos através do recurso ao poder judiciário e impor de cima índices insuportáveis de reposição salarial, insignificantes diante da inflação e das perdas históricas. Demonstrou, portanto, a incapacidade do reformismo de atender as

promessas de campanha e minimizar as chagas que atingem os assalariados e os camponeses.

Dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) demonstram que, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), no primeiro mês de 2009, a inflação subiu 1,07% em Salvador, índice superior ao registrado em dezembro de 2008, que foi de 0,37%. O acumulado de fevereiro de 2008 a janeiro de 2009 foi de 5,58%, com reflexos sobre o custo de vida e os preços dos alimentos em alta.

A produção industrial no estado fechou o mês de dezembro com uma queda de 13,9% em relação a dezembro de 2007. A Bahia só ficou atrás de estados como Espírito Santo (-29,6%), Minas Gerais (-27,1%), Rio Grande do Sul (-15,5%) e São Paulo (-14,5%). Os ramos de maior queda da indústria local foram a indústria de transformação (-14,5%), sendo a maior retração percebida em produtos químicos (-41,1%), segmento responsável por cerca de 35% da estrutura industrial baiana. Além desses, verificou-se quedas no refino de petróleo e produção de álcool (-10,7%), veículos automotores (-100,0%), Borracha e plástico (-17,1%) e metalurgia básica (-1,1%).

O índice de desemprego da Região Metropolitana de Salvador, segundo dados do governo de dezembro de 2008, chegou a 19,8% da população economicamente ativa, totalizando 363 mil desempregados, o que representa um índice alarmante. Mais de 20 mil pessoas perderam suas ocupações em dezembro de 2008, tanto no setor de serviços (-2,6% ou 24 mil ocupações) como na Indústria (-2,3% ou 3 mil vagas).

A resposta do governo Wagner à crise não tem sido diferente da do governo Lula: primeiro reduz a crise a uma crise puramente especulativa, faz a apologia de que o país está preparado para enfrenta-la e chama a população a continuar consumindo as mercadorias, além do apoio dos governos e municípios aos empresários e ao agro-negócio para amenizar as perdas.

Enquanto as direções da CUT e da Força Sindical, que controlam a grande maioria dos assalariados sindicalizados do país e do Estado, manobram com o chamado do diálogo entre capitalistas e trabalhadores, os oprimidos devem responder que o emprego não se negocia, deve ser defendido com luta nas ruas, com ocupação de fábricas, nos bairros e no campo, em defesa do emprego, sem qualquer redução de salários e com a consigna da escala móvel de salários e de postos de trabalho, o que significa a divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre todos os trabalhadores.

O trabalho de construção do partido revolucionário tem como avançar, considerando as novas condições econômicas e políticas que se abrem com a crise. A burguesia está obrigada a atacar a fundo a vida das massas. As particularidades do Estado da Bahia, que refletem o atraso econômico e a gigantesca pobreza, deverão ser bem conhecidos e utilizados para impulsionar a formação do partido. A vanguarda está obrigada a ajudar os explorados da cidade e do campo a superarem suas ilusões e se livrarem da burocracia sindical. É com o programa da revolução proletária que essas tarefas serão levadas adiante e o partido será posto em pé.

Trabalhadores do Paraná frente à crise

O Brasil registrou em dezembro de 2008 a perda de 654,9 mil postos de trabalho. No Paraná, foram demitidos 49.822 trabalhadores em virtude da crise capitalista, os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Esses números somente refletem uma parte dos estragos da crise, pois às estatísticas oficiais contabilizam apenas os trabalhadores que possuem carteira assinada.

Em Curitiba, o Caged registrou o fechamento de mais 6 mil postos de trabalho somente nos setores de serviços e na indústria de transformação paranaense. No caso da indústria, podemos observar uma tendência de queda na criação de vagas no último trimestre de 2008 nesse setor da economia do estado. A capital do estado teve o pior dezembro dos últimos dez anos na geração de empregos. Foram totalizados o fechamento de 8.798 postos de trabalho na capital paranaense. O setor de serviços foi o que mais demitiu, totalizando o fechamento de 3.123 postos de trabalho. Em seguida, a indústria de transformação fez que o índice de desemprego subisse ainda mais, pois fechou 3.057 vagas em dezembro.

Esses números de desempregos registrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) são reflexos diretos da produção industrial do estado. Os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Industrial de Produção Física, que abrange 14 localidades do país, demonstrou que no comparativo com 2007, a produção do Paraná apresentou desempenho negativo em nove das 14 atividades pesquisadas pelo IBGE. Veículos automotores (-46,1%), máquinas e equipamentos (-22,3%) e outros produtos químicos (-34,7%), influenciados pela menor fabricação de automóveis e caminhões; máquinas para colheita; e adubos ou fertilizantes.

O mês de dezembro foi marcado pela queda na produção industrial em 12 das 14 regiões pesquisadas pelo

IBGE. As maiores retrações foram registradas em Minas Gerais (-16,4%), Bahia (-15,6%) e São Paulo (-14,9%). A queda mensal é a maior desde 1991, ano em que o IBGE iniciou o cálculo do indicador, e levou o patamar de produção de volta aos níveis observados em março de 2004. Com o resultado de dezembro, a produção da indústria brasileira acumula três meses de queda, acumulando perda de 19,8% de setembro a dezembro. Na comparação entre meses de dezembro, o recuo verificado foi de 14,5%, contra uma baixa de 6,4% entre meses de novembro.

Nesse cenário econômico, a classe operária tem sido brutalmente atacada, através das demissões, suspensões, reduções salariais e perdas de direitos trabalhistas. Esses são alguns dos mecanismos utilizados pelos capitalistas para descarregarem a sua crise sobre os operários e os demais oprimidos.

Resistência operária

Na defesa dos seus empregos a classe operária começa a instintivamente a resistir às imposições dos patrões. Os operários da Bosch, da unidade industrial de Curitiba/PR, rechaçaram a proposta de redução de jornada e de salários colocada pela empresa em duas assembléias na fábrica. Perante a resistência coletiva dos operários, expressa nas assembléias, a direção da empresa começou a convocar reuniões por setores e até mesmo individuais, para pressionar os metalúrgicos e até ameaçá-los de demissão caso não aceitem a proposta de redução salarial e de jornada de trabalho em 20%. A empresa tem cerca de 4 mil funcionários e já demitiu 250 operários na primeira semana de dezembro e entre janeiro e dezembro de 2008 foram cortados 800 postos de trabalho na fábrica.

Ante a agitação e revolta que essas reuniões provocaram nos operários da fábrica, o Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) foi obrigado a denunciar a Bosch ao Ministério Público do Trabalho por assédio moral.

Dizemos “obrigado”, pois o SMC tem cooperado com os patrões! A direção do SMC dissemina entre os operários, que a saída para a crise é aceitar o banco de horas, férias coletivas e suspensão de contrato de trabalho e deste modo essa burocracia sindical quer impor aos operários paranaenses as saídas apresentadas pelos capitalistas.

Na audiência realizada no Ministério Público do Trabalho (MPT), no dia 02/02, a Bosch se comprometeu a abrir e divulgar seu balanço financeiro ao Sindicato até o próximo dia 11 de fevereiro. Segundo, o MPT o objetivo é verificar se realmente existe a necessidade de redução de salário e jornada de trabalho para enfrentar a atual crise de produção que a empresa alega estar enfrentando. A burocracia sindical utiliza esse balanço financeiro fraudulento, pois sabemos que os empresários escondem sua contabilidade real, para justificar a aceitação do acordo de redução salarial. Ainda na audiência, a direção da fábrica garantiu que vai negociar somente com o Sindicato, e não mais em conversa individuais ou coletivas com os operários. O pré-acordo estabelecido entre patrões e o sindicato no MPT definiu que não vão ocorrer demissões e redução de jornada e remuneração até a próxima reunião prevista para 19 de fevereiro.

Organizar a nossa resistência

Temos que rejeitar novamente a redução salarial, pois essa medida é à saída da classe capitalista para proteger seu capital e atacar os operários. Temos que buscar a nossa própria saída para a crise – a saída da classe operária – que é de proteger os empregos e salários atacando o capital. Temos que levantar a bandeira: **EMPREGO NÃO SE NEGOCIA!** Devemos formar um comitê dentro da fábrica para defender o nosso emprego e preparar uma campanha unificada dos operários de Curitiba para resistir coletivamente aos ataques patronais e varrer da direção do SMC essa burocracia sindical que tem defendido os interesses dos patrões dentro das nossas fileiras.

O Trabalho do Partido dos Trabalhadores, a crise e o governo Lula

“O Trabalho” se apresenta como seção da 4ª Internacional no Brasil. No caso, trata-se da 4ª lambertista (Pierre Lambert), uma das variantes revisionistas do trotskismo. Atua como corrente interna do PT. Uma outra corrente revisionista que permanece no PT é a Democracia Socialista, também reivindicada da 4ª Internacional mandelista (Ernest Mandel). Mas nossa nota responde à posição dos lambertistas frente ao desemprego e ao governo Lula.

O jornal “O Trabalho”, 651, estampa: “Situação exige medidas do governo”. No editorial se diz: “No Brasil, para defender os trabalhadores e a nação dos efeitos desastrosos que a crise já começa a provocar, é preciso que o governo eleito pelos trabalhadores, tome medidas que protejam o trabalho e não o capital”.

Referindo-se à manifestação em Brasília em 3/12 e à reunião da CUT com o governo, os lambertistas ressaltam que é preciso dar um tempo a Lula para que responda à plataforma de reivindicações. Na matéria “CUT cobra medidas contra a crise”, os lambertistas escondem que a maioria das medidas propostas é de proteção aos capitalistas e não à classe operária.

No jornal Massas 368, analisamos detalhadamente a plataforma de reivindicação apresentada pela CUT, demonstrando que a buro-

A juventude deve esperar o pior da crise.

Devemos responder com o programa proletário de destruição do capitalismo!

A crise mundial do capitalismo já atinge os países atrasados. Na América Latina, o período anterior havia sido de relativa facilidade para os governos, devido à alta especulação e à conjuntura favorável de exportação das commodities. Mas, esgotam-se as possibilidades de manter os índices de crescimento da economia. Já começa a se manifestar a face mais bárbara da crise, aumenta o desemprego, a fome, a miséria e as tendências bélicas. Aumenta a opressão nacional e social. Os capitalistas descarregam o peso da crise sobre a classe operária e demais oprimidos.

A juventude não estará imune. Também será afetada pelo crescimento das taxas de exploração do trabalho e desemprego, aumentará a violência dos órgãos repressivos nos bairros pobres e a Educação sofrerá com mais sucateamento e privatização. O Estado age em defesa dos negócios da burguesia, que exigirá cada vez mais dos cofres públicos medidas de socorro milionárias. Usará, evidentemente, o discurso do mal menor, de que se tratam de medidas temporárias para evitar as falências e as demissões generalizadas. Mentira! Uma parte da classe dominante enriquecerá ainda mais às custas do aumento da exploração e do socorro estatal. E o pior: não hesitará em demitir para manter suas taxas de lucratividade. O desemprego flagelará ainda mais a juventude.

Há mais de uma década cresce a ofensiva sobre direitos históricos dos oprimidos. Os planos de reforma neoliberais (impostos pelo FMI / Banco Mundial) foram implementados em diversos países, com pouquíssimas variantes. Por toda parte, vários setores essenciais, como Previdência, Saúde e Educação, sofreram com cortes no orçamento e medidas de “reestruturação” (leia-se centralização burocrática e demissões). A crise mundial ampliará a necessidade de novos ataques do gênero e imporá mais sucateamento dos serviços sociais públicos, porque a burguesia necessita lucrar em novos setores da sociedade que até agora não lhes deram lucros. Nas universidades, por exem-

pliação em realidade estava prestando apoio ao governo. “O Trabalho” não só não analisa a petição como obscurece que a direção burocrática da CUT é responsável por assinar acordos de flexibilização do trabalho.

A posição dos lambertistas alimenta a ilusão de que o governo poderá agir contra as demissões. Eis a conclusão: “Se o governo não responder, temos de voltar a Brasília”. Pode-se fazer quantas “Marchas da Classe Trabalhadora” nas redondezas do Planalto, que o governo simplesmente responderá com discursos demagógicos e manobras.

O argumento de que Lula foi eleito pelos trabalhadores para defender os trabalhadores é conversa de liberalóides. Lula assumiu plenamente os interesses do grande capital desde o primeiro respiro de seu governo. A tática do “O Trabalho” de defendê-lo criticando e de apoiá-lo reivindicando favorece a ação da burocracia colaboracionista e estatizante da CUT.

“O Trabalho” reivindicada da 4ª Internacional por algum capricho não esclarecido, uma vez que sua política frente à crise não guarda relação alguma com o Programa de Transição. O melhor seria reconhecer o abandono total do programa da IV Internacional, assim não serviria de instrumento de confusão política em parte da vanguarda.

plano, são previstos cortes nas áreas de permanência estudantil (moradias, auxílios para alimentação etc.) e pesquisa.

A resposta da burguesia já conhecemos: é a privatização da Educação. Deverá entregar mais recursos estatais aos empresários e impor novas reformas. Para isso, os governos serão obrigados a desfechar ataques mais violentos a já frágil autonomia universitária. As condições de ensino se tornarão piores para docentes e estudantes. As conseqüências da política combinada de sucateamento e privatização tornarão mais palpável a necessidade de destruir a escola de classe. A crise tende a intensificar as mobilizações espontâneas de luta dos estudantes. Poderão estourar movimentos grevistas, de ocupação etc. por toda a América Latina. Ocorrendo isso, o movimento estudantil terá que enfrentar mais repressão.

A resposta da juventude não pode ser outra: mobilização. A explosão de movimentos isolados colocará a necessidade da unificação, não podemos permitir a nenhuma corrente de esquerda nem de direita que divida o movimento por seus próprios interesses. Os movimentos que até agora esbarraram nas burocracias estudantis e sindicais, terão de superá-las na luta e varrê-las das direções de suas entidades. Nossa tarefa é defender incondicionalmente todos os postos de trabalho, nossas condições de vida, salário, educação, saúde, dos ataques do capitalismo, com nossos próprios métodos de luta (assembléias, democracia operária-direta, greve, ocupação, bloqueios de rua, etc.).

Trata-se de um combate que só pode ser concebido como parte da luta antiimperialista. Para realizar plenamente esse programa a juventude deverá assumir o programa proletário de destruição do capitalismo e construção do socialismo, o qual só é possível com a formação da Frente Única Antiimperialista, ou seja, a aliança das classes oprimidas (camponeses, classes médias empobrecidas, estudantes) politicamente dirigidas pela classe operária e seu Partido-programa.

Rondônia

Para que serve o prefeito Roberto Sobrinho do PT

Aumento da tarifa de ônibus

O aumento da passagem do coletivo é mais um ataque violento do prefeito sobre os trabalhadores. O PT mostra a que lado serve: os donos dos transportes pedem aumento e o prefeito aceita.

No seu primeiro mandato, aumentou a tarifa do transporte coletivo duas vezes e criou o cartão eletrônico para integração que dura somente uma hora e meia. Após esse período, o trabalhador tem de pagar outra passagem.

Trabalhadores ambulantes são retirados a pontapés pela polícia e fiscais da prefeitura

Em nome de um projeto 'Cidade Limpa', fiscais e policiais - a mando do prefeito - retiram camelôs das praças e calçadas. O prefeito diz que está cumprindo uma determinação do Ministério Público do Estado de manter o espaço público para

passeio dos pedestres. Mentira! Trata-se de uma exigência dos donos de lojas.

No início do ano passado, a mesma ação foi realizada em nome da "revitalização dos espaços públicos", como praças e mercados. Mas, ao se aproximar o período das eleições municipais, suspendeu a ação. Depois de eleito, retoma a retirada dos ambulantes.

Combater as medidas do prefeito petista

É possível derrotar esses ataques com a força coletiva dos explorados. Para isso, é necessário organizar os bairros, fazer assembléias e construir os comitês de luta. Ocorre que as direções sindicais estão comprometidas ou com o prefeito, ou com o governador. Portanto, para enfrentar as medidas governamentais é preciso combater os burocratas sindicais que usam os organismos dos trabalhadores para a politicagem burguesa.

Londrina: Responder ao aumento da tarifa com a estatização do transporte

Em Londrina, o aumento da tarifa do transporte coletivo decretado pelo ex-prefeito Nedson foi provisoriamente barrado mediante ações judiciais. Estas decisões, entretanto, são provisórias e podem ser revertidas a qualquer momento. Ninguém quer assumir a responsabilidade do aumento em vésperas do terceiro turno que vai ocorrer em final de março. Vale lembrar que a eleição do prefeito foi impugnada pela decretação de ilegitimidade do candidato Antonio Belinati, após ter ganhado o segundo turno.

Na verdade, o judiciário participa da farsa pela conveniência eleitoral. Efetivamente, é o judiciário quem com maior zelo defende o direito irrestrito dos proprietários privados explorarem os trabalhadores em conluio com a prefeitura. Apenas para se ter uma idéia, desde 2003, ano do primeiro aumento decretado pelo prefeito petista Nedson, tramita uma denúncia do ministério publico contra as empresas, em que se prova que a planilha de custos é fraudulenta, mas, até o hoje, a "justiça" desconhece a tal denúncia em favor dos empresários.

O acatamento provisório de ações que tentam adiar o aumento em parte se deve à desmoralização da câmara municipal, cujo ex-presidente denunciou o ano passado que todos os vereadores recebiam propina mensal da empresa de transporte da cidade, fazia já muitos anos. Ele não denunciou, mas, não seria estranho que na lista do mensalinho também figurasse o chefe do executivo, do contrario não se explica medida tão impopular tomada por ele no apagar das luzes.

Enfrentar o tarifaço com a estatização

O Comitê pelo passe-livre vem chamando a população a se organizar para resistir ao aumento que certamente será efetivado após as eleições.

Não basta, porém, barrar o aumento. Sequer a redução da tarifa ao patamar anterior ao de 2003 é suficiente, pois, mesmo reduzida, a população continuará sendo penalizada por um

transporte caríssimo e carreando milhões aos cofres das empresas exploradoras do transporte público.

É necessário, é urgente, que o transporte coletivo seja estatizado, mas, fique sob controle dos usuários e trabalhadores do transporte (motoristas, mecânicos e cobradores) e que a estatização seja feita sem indenização aos capitalistas.

Toda a operação do transporte é realizada pelos trabalhadores, mas, somente os proprietários, que nada fazem, são os que embolsam o lucro desse serviço. Para que funcione este serviço, por tanto, não há nenhuma necessidade dos proprietários.

Tampouco se pode defender uma estatização que fique sob a guarda da burocracia do município, pois esta burocracia nada mais faz do que cuidar dos negócios das grandes oligarquias locais e usarão a gestão deste serviço para fazer suas próprias negociatas. O transporte deve ficar sob controle dos trabalhadores do transportes e dos usuários organizados.

Finalmente, não cabe nem um centavo de indenização, pois estes parasitas exploram um serviço que já foi mais do que pago com o suor do povo que paga suas passagens todo dia. Antes mesmo de iniciar a operação, o capital utilizado já é resultado da exploração de trabalhadores, pois os capitalistas nada produzem, e o capital não é outra coisa senão trabalho não pago acumulado pela burguesia.

Esta medida é diferente das estatizações parasitárias que estão sendo implementadas em muitos lugares do mundo para salvar bancos, seguradoras e indústrias falidas. Bilionários recursos dos estados são utilizados para socorrer bancos e outras empresas, passam ao controle dos governos que os saneiam e depois serão devolvidos aos seus antigos proprietários ou a outros capitalistas privados. Ao contrario destas, a estatização com controle pelos trabalhadores e usuários não visa socorrer os donos do transporte, mas defender as condições de vida das massas que se utilizam do transporte coletivo para trabalhar e estudar.

Professores-SP

Só há uma via: combater o desemprego com o programa da classe operária

Quase no início das férias escolares, o governo Serra impôs uma resolução de atribuição de aulas para os efetivos, reforçando a avaliação desempenho que dá ao diretor de escola o poder de escolha de salas e turnos de acordo com o “perfil” dos professores. Em seguida, contestou na Justiça as liminares impetradas pela Apeoesp contra a utilização do resultado da prova para a atribuição de aulas aos contratados (Ofas). A partir daí, travou-se uma disputa judicial, que culminou com a derrota temporária do governo. Dizemos temporária porque o decreto que institui a prova não foi extinto.

A vitória da Apeoesp não significou emprego para os Ofas. Porque o centro do problema era e é a ausência de aulas para todos os professores inscritos. O que vale dizer que, com a prova ou sem a prova, milhares de contratados serão demitidos com a cessação do vínculo empregatício. Ao obscurecer a raiz do problema, a direção da Apeoesp alimentou a divisão entre os que obtiveram notas altas na prova e os que não conseguiram. O clima de descontentamento na classe permanece, só mudou de lado (primeiro pelo resultado da prova, agora pelo tempo de serviço).

Derrotar a prova como instrumento de classificação dos professores foi importante. Significou impedir que uma avaliação institucional pudesse separar os que teriam aulas dos que estariam desempregados. Mas o fato da direção da Apeoesp restringir sua ação ao problema da prova, deslocando da questão essencial, alimentou a falsa expectativa de que é possível derrotar as medidas governamentais pela via da Justiça, sem a necessidade da greve e de outros movimentos de rua. O governo perdeu no seu campo (Justiça) porque os escândalos de corrupção que envolviam a prova eram incontestáveis. Milhares de recursos feitos pelos professores contestaram os resultados e as listas fraudulentas dos classificados. Para evitar maior desgaste político, Serra aceitou a liminar do sindicato. O recuo do governo tem o objetivo de retomar o ponto inicial do seu decreto. A avaliação dos professores é uma meta do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) e das Metas instituídas pelo governo de São Paulo.

Uma política de derrota

A confusão entre os professores se instalou. A direção do sindicato, ao invés de potencializar o descontentamento para desembocar em assembleias e movimentos unitários de rua em defesa do emprego a todos, enfiou-se de corpo e alma nos fóruns de justiça. Nos locais de atribuições de aulas, os informes da parte manhã não serviam para o período da tarde, em função das liminares. O exemplo da liminar do CPP, que garantia a remoção pelo artigo 22 aos professores em estágio probatório, foi derrubada e passou a vigorar a liminar da Apeoesp. Os professores filiados à Apeoesp puderam fazer uso desse recurso e os não filiados e os do CPP foram impedidos. Portanto, a disputa judicial jogou uma parte contra a outra, assim como a prova do governo também o fazia.

Nas reuniões de diretoria da Apeoesp, a euforia pela vitória das liminares foi o centro das discussões. Diante dos descontentamentos de parte da classe, aprovou-se a campanha para “plantar o sentimento de solidariedade”. Frente à bandeira do PSTU de “Fora Maria Helena”, houve a rejeição com o argumento de que a Secretaria não é vítima e sim “algoz”. Em relação às falcatruas presentes nas atribuições de aulas, aprovou-se a intervenção do sindicato exigindo “transparência”. Sobre a convocação de assembleia, deliberou-se que não é hora de realizá-la e sim potencializar a vitória judicial. Com relação à estabilidade, houve recusa de defendê-la e reafirmou-se o concurso público. Por fim, marcou-se a reunião do conselho estadual para o dia 14.

Resultado: a direção da Apeoesp se negou a enfrentar o governo com os professores nas ruas. Com isso, as medidas aprovadas não condizem com as necessidades de milhares de professores que estarão desempregados e subempregados. A campanha de solidariedade é uma distração, porque não se trata de solidariedade e sim da unidade entre professores efetivos, contratados e desempregados. A solidariedade de classe não é um apelo moral, mas uma ação conjunta que tenha claro a reivindicação e quem é o inimigo dos trabalhadores. Sem dizer que a campanha é hilária, pois será virtual (por email). Ainda mais grave foi o fato de não se cumprir a decisão da assembleia que aprovou a defesa da estabilidade a todos os professores, independente do tempo de serviço. Está aí por que dizemos que é uma direção burocrática, alheia aos problemas da classe e incapaz de defender conseqüentemente a força de trabalho dos professores, que está sendo mutilada pelos governantes.

O PSTU não se opôs à burocracia cutista da Apeoesp

O PSTU foi fundo nas considerações sobre a vitória da Apeoesp no campo judicial. Chegou a dizer, na reunião do dia 7, que essa vitória fechava o balanço da greve. E que agora poderíamos falar que a greve foi vitoriosa. Enfatizou que abria uma nova correlação de forças entre o governo e os professores. Concluiu que a campanha salarial iniciava sobre a base dessa vitória e que o atraso do início das aulas era uma irresponsabilidade do governo. Entende-se por que esse discurso foi elogiado pela Articulação/PT.

Para ser conseqüente com essa avaliação, o PSTU levantou as bandeiras de “Fora Maria Helena; estabilidade para os Ofas; imediata implantação da jornada com 1/3 de hora atividade; concurso público classificatório; salário mínimo do Dieese por 20 horas. O PSTU omite o problema central: não há aulas para todos os professores. A reivindicação de 1/3 de hora atividade não resolve o problema central, que é o desemprego e o subemprego. Ao mesmo tempo em que apresenta a sua solução, o PSTU se une com a burocracia contra a convocação imediata da assembleia.

E por que a assembleia imediata? Porque era o momento da atribuição de aulas, do descontentamento com o escasso nú-

mero de aulas e quando imperava a divisão provocada pelos critérios de classificação. A assembléia era o instrumento coletivo para responder ao problema fundamental, que é o desemprego e o subemprego em massa. Essa era via para estabelecer a coesão entre os professores, criar reais laços de solidariedade e dirigir uma ação contra o governo. O PSTU, ao apoiar a proposta de levar a decisão para o Conselho (CR), contribuiu para que se perdesse o momento da luta e para que a burocracia mantivesse as rédeas do movimento.

A proclamação do PSTU de que agora era a hora de “fechar o balanço da greve” expressa sua conduta política de aliança com a burocracia nos momentos cruciais da luta. A suspensão da greve, a participação na comissão criada pelo TRT e a aceitação dos critérios de classificação pela prova desembocaram na solução jurídica. Cantam uma vitória, quando o fundamental está em que os professores terminaram desunidos e despreparados para enfrentar o brutal desemprego. Por outro lado, a burocracia da Apeoesp se fortaleceu enquanto adversária do método da ação direta e contrária às bandeiras que permitem defender emprego a todos. De fato, é hora do balanço final da greve: o PSTU se comportou como ala esquerda da burocracia, colaborando com ela nos momentos decisivos.

Os trabalhadores da educação enfrentarão o desemprego e a exploração com o programa da classe operária

O governo lançou uma campanha junto à população usando o resultado da prova para dizer que milhares de professores são incompetentes para dar aulas. Continua reafirmando que os contratados terão de passar pelo crivo de uma seleção por meio de uma prova. É bem provável que mais à frente reedite o

decreto da prova. Portanto, o combate ainda está no começo.

O fundamental permanece: a atribuição por tempo de serviço também expulsou milhares de professores que estavam na rede e os recém-formados não tiveram possibilidade alguma. O governo fechou salas, superlotou outras e reduziu a grade curricular. Com isso, o subemprego e o desemprego se afloraram. A tendência é de diminuir mais ainda a responsabilidade do Estado para com a educação pública. Conseqüentemente, menos emprego. Responder a esse problema exigirá organização, unidade dos efetivos e contratados e a aprovação de reivindicações de defesa da vida dos professores. Nesse sentido, a bandeira de estabilidade a todos se impõe, juntamente com a redução da jornada por meio da implantação da escala móvel das horas de trabalho.

Frente às necessidades reais dos trabalhadores da educação, a decisão judicial favorável à Apeoesp não constitui vitória. Derrubou-se momentaneamente a prova, muito bem. Mas esse fato não permitiu unir os professores e nem impulsionar a luta pelo emprego a todos. Ao contrário, a burocracia e o PSTU cantaram vitória para se opor à convocação da assembléia no fogo do conflito.

A vanguarda deve tirar todas as lições desse acontecimento e se preparar para defender a estabilidade, a escala móvel das horas de trabalho, a redução do número de alunos por sala, reabertura das salas fechadas, acesso de todos os jovens à educação e salário mínimo vital com escala móvel de reajuste.

O desemprego não é particular aos professores. Milhões estão desempregados e subempregados. A defesa de pleno emprego aos professores depende da defesa de pleno emprego a todos os trabalhadores. Está aí por que somente o programa e o método de luta da classe operária podem levar os professores à luta conseqüente pelos postos de trabalho.

Trabalho em telemarketing: fonte de exploração da juventude

Em São Paulo, grande parte da juventude que consegue emprego trabalha na área de telemarketing em empresas multinacionais, que prestam serviços terceirizados para bancos, empresas estrangeiras e nacionais.

Enquanto bancos e empresas ganham rios de dinheiro, pagam um salário abaixo do piso miserável de 600,00 reais, o valor não dá para sanar as necessidades básicas do trabalhador.

Nos locais de trabalho, a juventude sofre com a superexploração, tendo que trabalhar sobre pressão psicológica para atingir metas e sente na pele o assédio moral, o medo e os constrangimentos quando os patrões fazem exigências para aumentar o ritmo da produção. O assédio moral é conseqüência da ferrenha exploração capitalista.

As condições de trabalho são precárias. Existe também limitação de tempo

para ir ao banheiro e para alimentação. As precárias condições de trabalho causam graves conseqüências à saúde físico-mental dos trabalhadores.

As doenças de trabalho aumentam cada vez mais, LER e problemas psicológicos ocorrem com freqüência. O tempo de trabalho de seis horas e vinte minutos é prejudicial. A maioria da juventude que trabalha também estuda e não consegue conciliar as duas atividades.

Direitos básicos são negados aos teleoperadores. A NR17/março de 2007, (Norma Regulamentadora número 17 para o trabalho em Telemarketing) está longe de ser aplicada em benefício dos que trabalham.

A burocracia sindical está nos dois sindicatos, O Sintratel (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado de São Paulo), filiado à Força Sindical e o Sintetel (Sindicato dos Tra-

balhadores em Telemarketing), ligado à CTB. Ambos aceitam e negociam com os patrões os acordos de flexibilização do trabalho que retiram direitos.

A juventude necessita se organizar em seus locais de trabalho para lutar contra a exploração capitalista, por melhores condições de trabalho e pelo salário mínimo vital. A burocracia vendida deve ser expulsa dos sindicatos, as organizações devem ser instrumentos de luta da juventude oprimida.

A redução das horas de trabalho sem redução dos salários é uma outra bandeira importante, pois o excesso de trabalho é responsável por doenças que são adquiridas na função e dificultam ou impedem que os jovens estudem. Portanto, nenhum jovem deve trabalhar mais que 4 horas e o restante do tempo dever ser destinado aos estudos e ao lazer.

Nesta edição:

- Todo apoio à resistência do povo palestino
Derrotar os invasores sionistas
- Bolívia – Por que a “Nova Constituição” não transformará o país?
- Argentina – A burguesia e seu governo são absolutamente incapazes de enfrentar a crise
- Obama Presidente



Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Primeiros passos de Obama

A propaganda de que o primeiro presidente negro dos Estados Unidos representa uma virada na história dessa potência se mostra oca. Barack Obama está condicionado pelas mesmas forças econômicas que ditaram os passos do governo de Bush. As diferenças de interesses no seio da burguesia monopolista e imperialista norte-americana, que ora os republicanos, ora os democratas expressam, não fazem nenhum presidente agente de mudanças fundamentais.

Tomemos algumas: 1. Remover-se do lugar de potência imperialista dos EUA na economia mundial; 2. Pôr fim às tendências bélicas encarnadas pelos monopólios; 3. Garantir a autodeterminação dos povos; 4. Estabelecer laços de igualdades entre as nações; 5. Erradicar a pobreza das massas norte-americanas; 5. Pôr fim a toda forma de discriminação.

Dirão que essas tarefas são impossíveis, que apenas houve uma eleição e não uma revolução. Então terão de dizer também que com Obama não haverá nenhuma virada na história dos EUA, que o presidente irá defender o capitalismo monopolista contra as massas e contra os países atrasados submetidos à exploração.

Mas afinal a virada diz respeito a pôr fim à guerra no Iraque, fechar os centros de tortura montados por Bush (Guantánamo, Afeganistão etc), restabelecer relações com países inimigos (Irã, Cuba etc), frear os ímpetos bélicos do Estado de Israel, melhorar a saúde dos norte-americanos. É o que também os defensores de Obama poderiam dizer

Guantánamo constitui denúncia constante de violação das leis internas e internacionais, criadas pela própria burguesia. Já cumpriu sua função. Pode ser desmontado. E qual a penalidade para o governo sanguinário e torturador. Mereceu elogios, abraços e apertos de mão na transferência do poder. Vários integrantes da administração Bush integram o novo governo, inclusive o secretário de Defesa Robert Gates.

Iraque expõe o horror da ocupação. Ficou provado que a Casa Branca e o Pentágono montaram a farsa dos arsenais químicos e nucleares. Os EUA expuseram ao mundo como se falsifica, se mente e se acoberta o real sentido de uma guerra colonialista. Mas a falsificação foi demonstrada diante da heróica resistência dos iraquianos. Bush, pouco antes de deixar o cargo, estabeleceu um plano de retirada do Iraque, assumido pelo governo fantoche de Nuri-al-Maliki. Os crimes de guerra contra os iraquianos são impagáveis. O que acontecerá com aqueles que montaram a falsificação e seus colaboradores? Nada, absolutamente nada. A promessa eleitoral de retirada das tropas do democrata estava dentro da lógica dos acontecimentos.

Obama não porá fim ao domínio imperialista do país.

Afeganistão, neste caso sim, a promessa será cumprida. A ocupação será reforçada com mais tropa e armas. Justificativa: destruir a organização terrorista Al Qaeda. A matança no Afeganistão é tal qual no Iraque.

Invasão da Faixa de Gaza por Israel, Obama ficou escondido por detrás da autorização de Bush. Fez que não viu a chacina.

Sobre a crise econômica e o desemprego crescente, o que faz Obama? Novo plano, com a mesma cara de Bush: ampliar recursos para salvar bancos quebrados. A mais criativa das iniciativas: separar o sistema em bancos sadios e bancos podres, o tesouro fica com a massa falida. Quem pagará? Os assalariados, os pobres e oprimidos. Quem mais? Os países semicoloniais, que terão de ceder mais recursos. O protecionismo contra os países semicoloniais é uma marca das potências. Os democratas, assim identificados, condicionaram a aplicação de recursos pelo Estado a direcioná-la para as empresas norte-americanas. Iludem os explorados explicando que, dando recursos para bancos, subsidiando monopólios e fazendo canteiro de obras para reabilitar os lucros dos empresários, criarão milhões de empregos.

Obama não apresenta nenhuma mudança que favoreça os explorados, os países atrasados, os povos oprimidos, a contenção das tendências bélicas e a paz tão desfraldada. A crise avança, desintegra o epicentro do capitalismo e as massas começam a pagar caro, com desemprego e pobreza, desprotegidas das condições mínimas de saúde. A classe operária está sendo chamada a confiar no novo governo. A função de Barack Obama não é de mudar o percurso de exploração e opressão, mas sim conservá-lo.

Nos EUA se concentra um vigoroso proletariado, cujo lugar na história é o de liderar o sepultamento do capitalismo e construção da sociedade comunista. Mas também é o mais controlado pela burguesia ianque, que usa gigantescos recursos acumulados e gigantesca capacidade de saquear os países semicoloniais. A crise e a barbárie despertarão a necessidade de luta e de independência política. O trabalho de construção do partido internacionalista exige grande energia da vanguarda classista e revolucionária.

No Brasil, esta tarefa se impõe igualmente. Temos a vantagem de o nosso proletariado carregar nas costas as potências, de poder identificar com maior facilidade o domínio imperialista e a submissão da burguesia nacional.

Não acreditar numa só palavra, num só gesto de Barak Obama. Eis a bandeira de luta e independência, em todo o mundo.

Liberdade imediata a Cesare Battisti

Tarso Genro, ministro da Justiça, concedeu refúgio político ao italiano Cesare Battisti e negou o pedido de extradição emitido pelo governo Silvio Berlusconi. A decisão brasileira foi considerada um acinte pela Itália, que lançou uma monumental campanha para revertê-la.

Para onde se dirigiram as pressões? Como não poderia deixar de ser, para o Supremo Tribunal Federal. Gilmar Mendes, ministro do STF, manteve Battisti na prisão. O ministro da Justiça não atende à extradição, mas o ministro do Supremo não liberta o preso. Gilmar Mendes acenou ao governo italiano a possibilidade de mandar a favas a concessão de asilo a Battisti.

Anteriormente, a exigência foi direcionada a Lula, que não achou conveniente derrubar o ministro Tarso Genro – é o que aconteceria caso o desautorizasse. Mas Lula fez o pior. Declarou que o governo acatará o julgamento do STF. Deu, assim, aval para Gilmar Mendes manipular o processo.

Cezar Peluso, relator do processo no STF, deu prazo de cinco dias para que o governo italiano entrasse com uma ação contrária à libertação de Battisti. Isso depois do advogado de Battisti ter feito três petições de liberdade ao preso, tendo por base a Constituição e a lei do refúgio.

Ocupação de terras em Santa Cruz

Rebelião dos explorados do campo a partir das bases

A oposição de direita, como sempre defasada e fora da realidade, mostra as ocupações de terras em Santa Cruz e em outros lugares do país como se fosse uma truculenta manobra do governo contra os interesses dos latifundiários. Não percebem que é a resposta natural a um problema não resolvido, o problema da concentração da terra em poucas mãos e a existência de grandes setores de camponeses sem-terra e condenados a morrer de fome.

O governo do MAS (que tentou transformar este problema que obedece à natureza estrutural do país em uma bandeira eleitoral) acabou cedendo aos latifundiários, tornando legais as grandes extensões de terra griladas antes da promulgação do novo texto constitucional. Este governo, que tantas esperanças despertaram nos explorados do campo, agora mostra de maneira límpida todas suas limitações políticas. Defensor da propriedade privada em todas suas formas (da grande, da média e da pequena propriedade – uma relíquia do pré-capitalismo), não pode liquidar o latifúndio, como tantas vezes prometeu aos camponeses e aos povos originários, e a solução do problema da terra na Bolívia

A manutenção do refugiado na prisão é um ato do STF contra a decisão do Ministério da Justiça. Indica um julgamento antecipado, que favorece as pressões exercidas por Berlusconi e alimentadas pela imprensa reacionária.

Tarso Genro negou a extradição baseado em jurisprudência. Em outros casos semelhantes, inclusive de italianos, o STF negou a extradição e conferiu assim a jurisprudência. Um caso célebre foi o de Olivério Medina, representante das Farc. O governo não aceitou o pedido de extradição da Colômbia. E o STF confirmou a decisão do governo brasileiro.

A Lei 9.474/97, no artigo 33, dá poderes ao Executivo para negar a extradição e conceder refúgio. Eis por que o ministro Tarso afirmou: “Se o Supremo mudar essa orientação será uma anomalia institucional muito grande” (Estado de São Paulo, 29/01)

O Procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, encaminhou ao STF um parecer favorável à extinção do processo de extradição, uma vez que o Ministério da Justiça havia concedido status de refugiado político a Battisti. É bom lembrar que o Procurador foi, inicialmente, favorável ao pedido do governo Italiano. O fato de o ministro Gilmar Mendes desconsiderar o parecer do

Procurador e não acatar o refúgio concedido pelo ministro da Justiça constitui violação da jurisprudência. Mas a justiça burguesa funciona assim mesmo, ou seja, o Estado burguês funciona de acordo com as conveniências e o jogo de pressão.

O STF passou, nestas condições, a ser canal de pressão da Itália contra uma decisão soberana do Brasil. Acontecimento tão particularizado como o de Battisti - ex-militante de uma organização (Proletários Armados pelo Comunismo) pequeno burguesa que se extraviou para atos terroristas na década de 1970 - exemplifica bem o lugar semicolonial que ocupa o Brasil na ordem capitalista.

A Itália criou um caso diplomático com o Brasil e levou sua exigência para o Parlamento Europeu. Armou um alvoroço enorme para fazer Lula voltar atrás. Evidentemente, o governo não podia fazê-lo, pois seria desmoralização. Mas, ao permitir que o Supremo sirva de caixa de ressonância da prepotência de Berlusconi e admitir que o reacionário e corrupto Gilmar Mendes tenha a última palavra, o governo expõe a espinha flexível do Brasil semicolonial.

Qualquer silêncio em torno do caso Battisti ou omissão na defesa de sua imediata libertação é politicamente criminoso.

rão sancionados com todo o peso da lei.

Junto aos latifundiários, usando o aparato repressivo da “justiça”, vem executando uma dura repressão contra os ocupantes de terras. A imprensa burguesa informa sobre mais de vinte detidos e que os dirigentes mais conhecidos se encontram na clandestinidade. Como temos assinalado, será o próprio Estado controlado pelo MAS quem irá regar a terra com sangue camponês.

Os camponeses explorados devem se convencer de que somente a política revolucionária do proletariado é capaz de resolver a fundo o problema da terra neste país. Somente ela pode acabar com a grande propriedade privada dos meios de produção e, portanto, com o latifúndio; só o governo operário e camponês poderá entregar a terra, na forma da propriedade comunal (social) a seus verdadeiros donos, os camponeses; incorporar a tecnologia à produção agropecuária e superar o atraso em que hoje estão atolados os povos originários e os camponeses em general.

(Extraído do masas boliviano nº 2116, de 13/02/09)